

6.5.9 COMUNIDADES ESPECIAIS

6.5.9.1 TERRAS E GRUPOS INDÍGENAS

a) Contextualização

Por ocasião de diagnóstico elaborado em 2000, visando caracterizar as eventuais interferências do projeto com as comunidades indígenas localizadas próximas às futuras obras, foram providenciadas, inicialmente, junto à administração federal da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, as informações secundárias disponíveis. Com base nestas informações, verificou-se que as Terras Indígenas (T.I.) de possível interesse para os estudos estão localizadas no Estado de Pernambuco (ver Figura 6.5.9-1 ao final deste item).

Neste sentido, constatava-se a existência de duas áreas ocupadas por grupos indígenas cuja dinâmica espacial teria possibilidade de alcançar áreas situadas nas proximidades de locais de obras: a Terra Indígena Kambiwá; e a Terra Indígena Truká (ver Figura 6.5.9-2 ao final deste item).

Posteriormente, por ocasião de trabalho de campo, uma terceira T.I. foi identificada e contemplada nos estudos: a Terra Indígena Pipipan, cuja história ainda não foi escrita e cujos limites, embora em expansão, ainda não estão demarcados.

A **Terra Indígena Kambiwá** está localizada em áreas dos municípios de Ibimirim e Inajá e sua identificação ocorreu em 1992. Foi objeto da Portaria Declaratória nº 308, de 17.05.96, que previa sua "demarcação", a qual aconteceu efetivamente em 1998 e contemplou um total de 31.495 hectares. A população da T.I., segundo dados da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) de 2004, totaliza 2.574 indivíduos, que são atendidos por um Posto Indígena da FUNAI.

A **Terra Indígena Truká**, localizada na Ilha de Assunção, município de Cabrobó, foi identificada em 1984 e demarcada dez anos depois, em 1994; após a emissão da Portaria Declaratória nº 315 de 17.08.93. A sua homologação ocorreu em 1996, através do Decreto de Homologação s/nº, mesmo ano em que foram efetivados os competentes registros no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e no Departamento de Patrimônio da União. Esta área, que era de cerca de 1.593 hectares em 1994, foi ampliada (e "homologada" em 28.01.2002) para 5.769 hectares e, segundo a FUNASA, abriga hoje (dados de 2004) 3.462 índios do grupo Truká, assistidos por um Posto Indígena da FUNAI.

A **Terra Indígena Pipipan** está localizada no município de Floresta. Esta terra sequer encontra-se "identificada", primeira etapa do processo de demarcação. De

acordo com dados da FUNASA de 2004, a população da T.I. Pipipan é de 1.033 indivíduos. Nesta área não há Posto Indígena da FUNAI.

b) Outras Fontes de Dados e Procedimentos de Trabalho

Após a etapa de identificação inicial cumprida junto à FUNAI, toda uma investigação foi desenvolvida junto ao Museu do Índio / FUNAI (Rio de Janeiro) e ao Museu Nacional / Departamento de Antropologia Social (Rio de Janeiro), objetivando inventariar e analisar a bibliografia disponível sobre os grupos indígenas de interesse.

No acervo de publicações consultadas, destacam-se teses de mestrado produzidas para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cursos de Antropologia Social e Antropologia da Arte), contendo análises aprofundadas e atuais sobre os referidos grupos indígenas. Foi, portanto, principalmente com base nas observações contidas nestas fontes que se reconstruiu o processo de formação dos grupos (seja no contexto regional, seja nas áreas de interesse específico), bem como se identificou os principais componentes de sua organização social e econômica.

Informações sobre populações indígenas produzidas pela Fundação Nacional de Saúde, e levantadas pela equipe dos estudos ambientais envolvida com a análise das questões relativas à saúde pública, também contribuíram para complementar o acervo de dados secundários utilizado.

Levantamentos realizados junto ao IBGE forneceram subsídios adicionais para se pensar sobre os índios residentes nas áreas potencialmente afetadas pelo empreendimento, fomentando, por outro lado, dúvidas que dizem respeito, particularmente, à dimensão dos contingentes dos diferentes grupos indígenas. As incertezas quanto à dimensão do contingente populacional são reforçadas pelo caráter peculiar da história dos índios de Pernambuco, caracterizada por um longo período em que os grupos, particularmente os do Sertão, optaram por uma condição de "invisibilidade", para uma posterior (e relativamente recente) recuperação da identidade étnica, conforme será abordado no item seguinte, que diz respeito ao processo de constituição destas comunidades em sua condição atual.

Vale registrar que, apesar da multiplicidade de fontes, as estatísticas da FUNAI serviram como referência preferencial para o diagnóstico das T.I. no que diz respeito à sua situação em termos legais. São da FUNAI, também, os principais elementos cartográficos de localização dessas áreas, bem como as observações sobre a existência de postos de administração (PI) e demais detalhes da situação das terras (áreas, aspectos legais, etc.).

Finalmente, com o objetivo de atualizar as informações relativas às Terras Indígenas identificadas como inseridas na Área de Influência Direta do projeto, foi realizado um novo trabalho de campo, que consistiu na visita às Terras Indígenas Truká, Kambiwá e Pipipan, na tomada de depoimentos de lideranças de cada um dos referidos povos, em observações e em documentação fotográfica e georeferenciamento das áreas em questão.

A investigação foi precedida de atualização de dados secundários, via Internet e em publicações especializadas, e complementada posteriormente com informações levantadas junto a órgãos que atuam diretamente na condução de questões indígenas (especificamente de índios de Pernambuco) como, por exemplo, o Centro de Cultura Luiz Freire e a FUNASA regional, que forneceu estatísticas atualizadas sobre os grupos étnicos e respectivos contingentes.

c) Constituição e Situação Atual dos Grupos e Terras Indígenas

c.1) Os Índios do Sertão de Pernambuco - Região do Rio São Francisco

O trabalho de BARBOSA (1991) confirma que grande parte dos grupos indígenas do Nordeste, particularmente do Sertão Pernambucano e da região do Vale do São Francisco, foi atingida pelas frentes de expansão econômica, o que levou alguns destes grupos a adotar como estratégia de sobrevivência (do ponto de vista físico e cultural) o "*ocultamento de sua identidade étnica*", sujeitos que estavam à repressão de suas práticas rituais pelos fazendeiros locais, com o apoio inclusive de forças policiais do Estado" (PETI / Museu Nacional, 1993).

De acordo com o mesmo autor, muitos remanescentes destes grupos indígenas juntaram-se, em determinada época, a escravos negros fugidos e brancos descontentes, buscando "áreas de refúgio" contra a expansão territorial dos pecuaristas, processo que culminou com a decretação pelas instâncias oficiais da inexistência de grupos indígenas na região onde hoje se situa o Estado de Pernambuco, sob a alegação de que os índios já não mais viviam aldeados, mas dispersos e confundidos com a população "civilizada".

Todavia, em período mais recente - entre os anos 70 e 80 - descendentes de diversos grupos indígenas, que eram identificados na região como "caboclos", se reorganizaram etnicamente, impulsionados fundamentalmente por mudanças ocorridas na política indigenista nacional. Passou então a ocorrer um intenso movimento de intercâmbio cultural entre os grupos indígenas da região, principalmente no que se refere às práticas rituais e à cultura material, destacando-se neste sentido a produção de artesanato.

- Síntese Histórica

Se por um lado, conforme anteriormente registrado, no início da colonização brasileira, já no século XVI, os índios do litoral passaram por todo um processo de conflito e conseqüente expropriação de suas terras (em função dos diferentes ciclos econômicos ocorridos), somente no século seguinte a frente pastoril atinge os índios do sertão.

A substituição do "índio" pelo "caboclo" parece se concretizar por volta de meados do século XVII, época em que têm lugar o apogeu e o início do declínio das missões religiosas no Nordeste, sobretudo ao longo do curso do rio São Francisco. A grande maioria das missões, todavia, só foi abandonada definitivamente quando da expulsão dos jesuítas em 1759. Mas padres franciscanos e capuchinhos vinham assumindo progressivamente as disputas territoriais contra sesmeiros, intervindo junto ao Governo Geral e à Coroa, processo que culmina na assinatura dos "Alvarás Régios" de 1700 e 1703 que determinam que "a cada missão se dê uma légua de terra, em quadra, para instalação de índios e missionários". Cabe observar que, até os dias atuais, é com base nesses Alvarás que se legitimam, jurídica e historicamente, os direitos e pretensões territoriais da maioria dos povos descendentes de índios que habitam a região.

Na seqüência dos fatos que marcam a história dos índios pernambucanos, registra-se no ano de 1846 a criação de uma "Diretoria Geral dos Índios", o que ocorre através do Decreto Imperial de nº 426, de 24 de julho do referido ano. Todavia, posteriormente, mais precisamente no ano de 1872, um "Aviso" do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Pernambuco determina "a extinção de todas as aldeias indígenas daquela Província", o que equívale à declaração oficial da inexistência de índios.

Segue-se então um período de grande pressão sobre os grupos indígenas e de expropriação de suas terras, levando os agrupamentos remanescentes à adoção, como estratégia de sobrevivência, do ocultamento de sua identidade étnica. Essa situação perdura até o início do século XX, quando é criada uma repartição federal para assuntos indígenas - o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) - e quando são instalados 10 (dez) Postos de Administração na região.

Nesse primeiro momento, a mobilização em torno das questões indígenas parece ter sido exclusivamente de representantes do poder religioso e da intelectualidade local, sem uma participação efetiva dos índios, o que vem a ocorrer tão somente a partir dos anos 70, quando se registra um crescente movimento de confronto dos povos indígenas com segmentos da população regional, no sentido de fazer valer, perante o Estado e a sociedade nacional, seus "direitos étnicos".

Essa mobilização se insere, todavia, dentro de um contexto mais amplo, caracterizado por mudanças ocorridas na política indigenista nacional, decorrentes por sua vez da criação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em 1972 e da promulgação da Lei 6.001 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio).

A partir de 1978, registra-se a criação de diversas entidades de apoio às questões relativas aos índios e, por fim, intensifica-se o "agenciamento" entre inúmeras lideranças indígenas, o que resultou na criação da "União das Nações Indígenas" (U.N.I.), em 1980.

O resultado de todo esse processo é que hoje, segundo a FUNASA, existe no Estado de Pernambuco um contingente de 31.691 índios. É o que se observa no Quadro 6.5.9-1, adiante, onde há destaque para as Terras Indígenas pertencentes aos grupos que habitam as imediações de obras do projeto.

QUADRO 6.5.9-1 – POPULAÇÕES INDÍGENAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Etnia	Município	População
Atikum	Carnaubeira da Penha	6.139
Fulni-ô	Águas Belas	3.229
Kambiwá	Ibimirim e Inajá	2.576
Kabinawá	Buíque e Tupanatinga,	2.297
Pankararu	Jatobá, Pacaratu e Petrolândia	5.217
Pipipan	Floresta	1.100
Truká	Cabrobó	3.462
Tuxá	Inajá	141
Xucuru	Pesqueira	8.530
TOTAL		31.691

Fonte: Funasa, 2004.

Nota: as estatísticas incluem alguns índios "desaldeiados" (que vivem fora das Terras Indígenas).

c.2) Os Kambiwá

- A constituição e a localização do grupo

De acordo com BARBOSA (1991), trata-se de um grupo indígena que, no processo de afirmação étnica, desenvolve uma luta política não só para preservar seu território, mas também no sentido de retomar um território tido como "ancestral" - a Serra Negra, cujos antigos moradores teriam sido seus antepassados.

Os Kambiwá (denominação genérica e provisória, segundo o mesmo autor), na interpretação dos próprios índios se constitui em um grupo indígena formado por

dois subgrupos (os "Caboclos da Barra" e os "Parentes de João-Cabeça-de-Pena") e descendendo ainda dos "Pi-Pi-Pã" e "Umã", antigos moradores da Serra.

Sobre o segundo subgrupo, os índios entrevistados em pesquisa de campo por BARBOSA (1991) contam que eles sempre moraram na Serra do Periquito, Poço do Ferro, Faveleira e Realengo, trabalhando em fazendas e juntando-se aos "Caboclos da Barra" (o primeiro subgrupo).

Complementando sua linhagem, os Kambiwá declaram que os "Caboclos da Barra" subdividem-se em outros tantos subgrupos: "Romana", "Pereira", "Lima", "Pelonha", "Anelino" e os "Ricardos". Os "Parentes de João Cabeça-de-Pena", por sua vez, comportam mais cinco subgrupos, a saber: "Flor", "Bela", "Camisinha", "Rosena" e "Viana".

Ainda de acordo com depoimentos colhidos por BARBOSA (1991) no campo - junto à comunidade indígena e ao Chefe do Posto Indígena, os Kambiwá estão estabelecidos em 7 aldeamentos principais: Baixa da Índia Alexandra (o principal); Pereiro; Nazário; Serra do Periquito; Tear; Faveleiro; e Garapão. Há referências também a famílias indígenas residindo nas localidades de Realengo e Poço da Cruz, que não são, todavia, objeto de reivindicação do grupo como território exclusivo.

Quanto ao território ancestral, sabe-se que na década de 50 vários segmentos dos dois grandes subgrupos anteriormente mencionados ainda se encontravam dispersos nas proximidades da Serra Negra, que hoje constitui uma Reserva Biológica administrada pelo IBAMA, o que se constitui em obstáculo à entrada dos índios na área para, por exemplo, prática de rituais.

Muito provavelmente, segundo Barbosa (que continua estudando o grupo), a adoção do nome Kambiwá se deu em tempo relativamente recente, quando foi instaurado o movimento de união de vários grupos descendentes dos habitantes originais da serra, organizados visando retomar seu território ancestral.

- **A situação atual**

"A gente não pode deixar de bater palmas para a tecnologia" – índia Kambiwá.

"A FUNAI é a mãe para uns e madrasta para outros. Ela tem investido muito no individualismo." – índio Kambiwá.

Localização: Município de Ibimirim – Sertão do Estado de Pernambuco – Serra do Pequerê.

De acordo com depoimentos colhidos em trabalho de campo – entrevista com o Cacique Josué Pereira da Silva, complementada por informações de outros índios

que acompanhavam seu depoimento, entre eles sua mulher e seu pai, que, todo paramentado, com vários adereços indígenas, se mostrou um grande conhecedor de história Kambiwá, principalmente no que diz respeito à formação do território – o quadro atual dos índios que habitam a Terra Indígena Kambiwá é o seguinte:

- Os Kambiwá se separaram dos índios Pipipan em 1999;
- O núcleo principal de ocupação é a Baixa da Alexandra, área que foi habitada desde 1932 e que, pelo observado no trabalho de campo, parece ser a única aldeia das terras indígenas visitadas na região que possui uma igreja, ou melhor, uma pequena capela;
- Esta aldeia conta ainda com uma escola, um posto de saúde, um posto da FUNAI, rede elétrica, caixas d'água e dois poços artesianos, sendo que apenas um está funcionando;
- Pelo observado e investigado junto ao cacique, o poço artesiano em funcionamento abastece várias aldeias, interligadas por rede de adutoras. Os índios já tentaram, sem sucesso, recuperar o poço que está obstruído/desativado. De acordo com o entrevistado, esta região é servida por um grande lençol freático, pertencente à Bacia do Jatobá;
- Além da Baixa da Alexandra (Fotos 6.5.9-1 a 6.5.9-5), mais sete aldeias estão distribuídas pela Terra Indígena Kambiwá: Nazário (Fotos 6.5.9-6 a 6.5.9-9), Pereiros, Santa Rosa, Serra de Periquito, Ingá, Juazeiro e Tear;
- Na década de 60 uma parte da T.I. Kambiwá foi vendida a um usineiro de Pernambuco "Múcio Bandeira" e no ano de 2000, já nas mãos de um outro proprietário, foi "retomada" pelos índios, após desapropriação promovida pela FUNAI, recebendo o nome de Aldeia Americano, por conta de um riacho das proximidades de mesmo nome. Cabe observar que esta área ainda não consta das estatísticas oficiais e nela residem o cacique (que tem o apelido de Zuka) e o pajé (Damião);
- Atualmente, 31.495 hectares, segundo informação do cacique Kambiwá, já estão demarcados. Todavia, de acordo com o entrevistado, os índios reivindicam (como os Pipipan) a ocupação da Serra Negra, "área de origem de seus ancestrais";
- Na avaliação da liderança Kambiwá, o contingente de índios que vivem atualmente nas 8 diferentes aldeias que integram a Terra Indígena é formado por cerca de 2.800 índios (as estatísticas da FUNASA de 2004 falam de 2.574 índios);
- A água acessível aos Kambiwá é, de acordo com o depoimento do cacique, "água de barreiro" (pequenas barragens com água de chuva) e um dos poços disponíveis (como já referido, o outro poço encontra-se obstruído "em função das últimas fortes chuvas que se abateram sobre a região"). Para solucionar a questão da água, no seu entender, seria necessário, além de

desobstruir o poço já existente, abrir mais alguns outros poços, tanto no núcleo principal (Baixa da Alexandra), como nas demais aldeias;

- Ainda de acordo com o cacique Kambiwá, a água de beber é também “água de barreiro” e tem acarretado muitos problemas de saúde. E “quem resolve os problemas da água na Terra Indígena é a FUNASA” (que se ocupa também dos problemas de saúde);
- Os Kambiwá dispõem de energia elétrica em praticamente todas as aldeias, exceto na Serra do Periquito, em áreas conhecidas como Guela (aldeia do Tear) e Tacho, onde os índios cultivam roças;
- Quanto ao lixo gerado, embora ainda em pequena quantidade (os índios consomem poucos produtos manufaturados e, conseqüentemente, não formam estoques de embalagens), é atirado indiscriminadamente por toda área ocupada pelos Kambiwá. E pelo que foi depreendido do depoimento do cacique, não existe nenhuma preocupação ou projeto para deposição de resíduos;
- Com relação à educação, nem todas as aldeias Kambiwá contam com escola e na Baixa da Alexandra tem uma professora que dá aula para turma de 5ª e 6ª série. Muita gente, segundo o entrevistado, estuda em Inajá (município das proximidades) ou Ibimirim e enfrenta o deslocamento diário em transporte provido pelo estado e em estrada de terra;
- No que se refere à saúde, existem dois postos para atendimento à população indígena, mantidos pela FUNASA, contando com uma auxiliar de enfermagem e localizados nas aldeias de Baixa Alexandra e do Pereiro. Semanalmente, uma equipe “multidisciplinar” (como ressalta o cacique entrevistado), constituída por um médico, um dentista e uma enfermeira e também da FUNASA, visita todas as aldeias Kambiwá. São ainda ligados à FUNASA 13 Agentes de Saúde” (todos índios Kambiwá) que atuam na Terra Indígena;
- Na opinião do cacique, os maiores problemas na área de saúde decorrem da qualidade da água consumida (ou da “água de beber”) e da falta de transporte para atendimento de casos mais graves (que exigem tratamento especializado), em Ibimirim, Arcoverde ou Recife;
- Os Kambiwá, segundo a liderança indígena, vivem da agricultura. Do cultivo do milho, do feijão, da abóbora, da mandioca, da mamona, do algodão, da palma forrageira (Foto 6.5.9-10) e de um pouco – ressalta o entrevistado – de gergelim (que utilizam para produção de farofa e remédio). Enfrentam muita dificuldade para comprar sementes (falta de crédito) e, esporadicamente, recebem da FUNAI algumas sementes de produtos agrícolas, “às vezes” – como observa o entrevistado;

- Cabe salientar que, segundo informações colhidas na Terra Indígena, os Kambiwá encontram-se em negociação com o BNB para financiamento da sua produção agrícola e pecuária, além da capacitação técnica;
- Produzem também algum artesanato (colares, pulseiras, sacolas para caça, utilizando sementes, fibra de caroá e madeira - umburana), em que contam com apoio do Sebrae, da Universidade de Pernambuco e de ONG's e, eventualmente, expõem e vendem na cidade de Ibimirim;
- O artesanato, embora diversificado (Fotos 6.5.9-11 e 6.5.9-12), atualmente encontra-se em período de baixa produção;
- Caçam, principalmente, pássaros (rolinhas e outros), para comer;
- Segundo o cacique entrevistado, alguns índios criam cabras e no final de 2002 o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) doou 20 matrizes de ovelha e um reprodutor para os índios Kambiwá, que hoje já contam com 40 ovelhas e estão em conversação com o Banco do Nordeste para financiamento da atividade criatória;
- Os índios criam gado de sua propriedade, "arrendam algum gado do branco", ou trabalham em esquema de "meia", como observa o cacique Kambiwá. Quando se trata de cabra, a relação é de 3/1, no caso do gado, é de 4/1. Ou seja, o trabalhador meeiro cuida do gado todo e, de cada 4 novos bezerros que nascem, 1 é dele (ou 1 em cada 3 cabritinhos);
- De acordo com o cacique entrevistado, alguns índios Kambiwá moram na cidade e trabalham na Terra Indígena e outros, ao contrário, moram na Terra Indígena e trabalham na cidade. E ainda existe um pequeno contingente que vive e trabalha na cidade;
- Em termos de organização de lideranças, os Kambiwá contam com um cacique, um pajé e um grupo de conselheiros;
- Com relação ao associativismo, contam com a Associação Indígena Kambiwá, a Associação Comunitária Kambiwá e ainda com a participação, dentro da Área Indígena, de representantes da COPIPE (Conselho de Professores Indígenas de Pernambuco);
- Recebem apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e do Centro Cultural Luiz Freire, uma ONG que cuida, entre outros quesitos, da formação do magistério indígena, e referem-se à COPIPE como propulsor do fortalecimento da integração entre os índios;
- Em 2002 tiveram o apoio do Prorural, que via Associação Indígena, construiu 25 casas e pretendia construir vários poços na Terra Indígena, tarefa não concluída, pois, segundo o cacique Kambiwá, em alguns locais é necessário cavar numa profundidade de 200 a 250 metros para obtenção de água, o que não estava previsto;

- Identificam como principais problemas: a água, a regularização da terra e o transporte;
- Como projetos, os Kambiwá começaram a discutir sobre a apicultura, mas, como observa o cacique “nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo, tem que ter prioridade”.

c.3) Os Pipipan

- A constituição e localização do grupo

A história dos Pipipan, embora ainda não registrada, se confunde em alguma medida com a dos Kambiwá, de quem se separaram em período recente (1999) e a quem deram origem.

A Terra Indígena Pipipan se localiza no município de Floresta – Sertão do estado de Pernambuco. Abriga um total de cinco aldeias: Capoeira do Barro, Caraiba, Faveleira, Serra Negra e Travessão do Ouro (Fotos 6.5.9-13 a 6.5.9-16), núcleo central de ocupação.

- A situação atual

Nesta última aldeia foi realizada entrevista com o pajé Expedito (onde vivem ele e o cacique Alírio, que na ocasião estava em Brasília “para tentar resolver a questão da demarcação da T.I.”), que traçou, sobre a realidade dos índios, o seguinte quadro:

- A FUNAI, “por nota”, como ressalta o entrevistado, fala em 2.050 índios na Terra Indígena Pipipan, mas o pajé acha que são cerca de 5.000 índios (as estatísticas da FUNASA de 2004 falam em 1.033 índios);
- A Terra Indígena ainda não é “demarcada” e recentemente uma nova área (“maloca”), chamada Capoeira do Barro (Fotos 6.5.9-17 a 6.5.9-19), próxima à aldeia Travessão do Ouro e que era ocupada pelos “sem terra”, foi “retomada”. Lá vivem - em situação ainda bastante precária - algumas famílias Pipipan. Porém, a maioria das casas ainda está desocupada. Finalmente, os índios Pipipan (como os Kambiwá) objetivam a ocupação da Serra Negra, “de onde vieram seus ancestrais”;
- Cabe observar que, segundo o depoimento do pajé entrevistado no trabalho de campo, os Pipipan pretendem ainda retomar uma outra área na localidade de Jacaré, onde se abrigaram (num agrupamento denominado Aldeia da Missão) após a expulsão da Serra Negra, “por volta de 1800”;
- As casas dos Pipipan são, em sua grande maioria, de “taipa” (parede feita de barro ou de cal e areia) e foram construídas pelos próprios índios. Mas

existem também algumas casas de alvenaria, estas “construídas pelo governo do estado”;

- A água acessível aos índios (em todas as aldeias) vem “por cano”, como observa o pajé, de um poço artesiano, construído pela FUNASA, na aldeia Faveleira;
- O rio mais próximo é o Riacho do Navio;
- Os índios Pipipan não contam com serviços de energia elétrica, mas há, todavia placas de energia solar, instaladas pela FUNASA, na escola e no posto de saúde;
- Quanto ao lixo produzido na Terra Indígena, segundo o pajé Pipipan, “uns queimam, outros jogam no mato”;
- Os Pipipan plantam arroz e feijão (que, aliás, compõem a alimentação básica da população indígena) e “este ano, por conta das chuvas, plantaram muito milho e feijão, mas estão com muito problema com lagarta”. “Quando sobra algum milho” vendem na feira de Ibimirim;
- Plantam também melancia e algodão, cuja produção é comercializada;
- Criam cabras (foto 6.5.9-20) e alguns poucos índios criam também “algum” gado;
- Produzem algumas peças de artesanato, como pulseiras e colares e, eventualmente, as vendem;
- Em todas as aldeias Pipipan existem escolas com ensino de 1ª à 4ª séries e a partir da 5ª série os alunos estudam na sede municipal de Floresta e no Assentamento Serra Negra, na localidade de Tabuleiro do Porco;
- Há postos de saúde (da FUNASA) nas aldeias Travessão do Ouro e Faveleira e, entre os índios, cinco são Agentes de Saúde e três são Agentes de Saneamento, todos treinados pela FUNASA. Quando há um problema mais complexo de saúde, tentam atendimento nos hospitais de Recife;
- Em termos de associativismo, contam com a Associação Indígena Pau-Ferro Grande e quatro Conselhos, que, segundo o pajé entrevistado, “funcionam na resolução de problemas da comunidade”;
- Os Pipipan, todavia, não consideram boa a relação com a FUNAI e o pajé entrevistado resume a questão nos seguintes termos: “Além da FUNAI criar muito funcionário que não dá atenção ao índio, ela atende individualmente a quem busca financiamento”;
- De acordo com o entrevistado, os principais problemas enfrentados pelos Pipipan são que eles “não têm um Posto Indígena, não têm um funcionário da FUNAI para orientar e tudo fica na mão do cacique e do Pajé. Não têm recursos da FUNAI, não têm um trator”;

- Como principais projetos, na interpretação do pajé, teriam a construção de uma casa de farinha, o suprimento de água e energia e a aquisição de um trator e de um veículo para transportá-los para o ritual que praticam na mata, entre os dias 10 e 21 de outubro, quando caminham por um longo percurso levando as crianças nas costas;
- Finalmente, de acordo com o pajé, os índios semanalmente participam do "toré" (dança e cantos típicos de populações indígenas das mais diferentes etnias, na região, acompanhada de maracá) e uma vez por ano (referência no parágrafo anterior) se reúnem na Serra Negra - hoje Reserva Biológica do IBAMA e no passado local de origem dos Pipipan e dos Kambiwá - para o "ouricuri" - ritual de passagem dos jovens para a idade adulta.

Aldeia Caraíba

Em função da proximidade constatada da Aldeia Caraíba com as obras previstas para o Eixo Leste do Projeto de Integração, foi promovida nova visita de campo, sendo entrevistado Antônio Xavier de Souza, liderança local, e sua esposa Edjalva, agente de saúde da aldeia (está sendo treinada pela FUNASA), quando pode ser delineado o seguinte quadro:

- Segundo dados da FUNASA, esta Aldeia abriga 43 famílias em 29 residências, com um total de 149 habitantes. Pelo controle mantido por Edjalva, atualmente a aldeia é constituída por 18 residências e abriga 31 famílias, sendo o número de pessoas em torno de 150;
- A ocupação da área é antiga (cerca de 200 anos), mas "o reconhecimento como índio é de 1998". A terra ainda não foi demarcada. O entrevistado guarda um documento antigo, da época da Província de Pernambuco, sobre a compra da terra;
- A situação de abastecimento de água é precária: buscam água a uma distância de uma légua, na localidade Jaburu, em um poço do município. Existem nas proximidades 3 barreiros que encheram este ano por conta das chuvas, mas fazia 3 anos que não chovia, observa o entrevistado. Está sendo construído um poço da Funasa na aldeia, que deverá funcionar a partir de julho, juntamente com encanamento que conduza a água até alguns reservatórios, para abastecer as residências e a escola, implantando-se caixas d'água;
- Na aldeia não tem energia elétrica, há apenas placa de energia solar na escola;
- O lixo produzido é recolhido e queimado ou colocado num buraco, atendendo recomendação da FUNASA;
- A escola tem ensino até a 4ª série e conta com 23 alunos. Além disso, 8 meninas cursam o 2º grau na cidade de Floresta e vão em um transporte da

Prefeitura até a rodovia, onde pegam um ônibus (também da Prefeitura) até a escola. Da 5ª a 8ª série, tem mais 7 alunos que estudam em Floresta;

- A aldeia não tem posto de saúde e há um esquema de transporte para os doentes, que - de acordo com depoimento de Edjalva - não funciona. Na sua interpretação, o problema ocorre por conta das más condições da estrada e da burocracia. Uma vez por semana, equipe da FUNASA composta por médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem e dentista, presta serviços na aldeia e em casos mais graves o doente é encaminhado para o hospital da cidade de Floresta, onde funciona também o "Pólo Indígena" (para apoio aos índios), que conta com 6 funcionários;
- Os problemas de saúde, considerando as condições em que vive a população, são poucos e resumem-se, na maioria dos casos, a gripe e diarreia;
- O processo de formação de uma associação foi iniciado por Antônio quando ainda não havia o reconhecimento da etnia e, atualmente, a liderança está empenhada em regularizar esta Associação;
- Os Pipipan da Aldeia Caraíba vivem da roça e, quando chove, tiram alguma coisa. Plantam milho, feijão-de-corda, mandioca, melancia e abóbora. Na aldeia, há cerca de 50 "criações" de cabra. Há também alguma produção de artesanato, mas só para adorno;
- Eles caçam peba, tatu, veado e caititu, na Serra Negra, "onde só índio pode entrar";
- Com respeito à relação entre as diferentes aldeias indígenas da região, os moradores de Caraíba visitam e recebem visitas de outros Pipipan, principalmente nas festividades do "Dia do Índio" e no "Encontro dos Professores", que reúne também índios de outras etnias e que este ano ocorrerá na Terra Indígena Truká;
- Na percepção dos entrevistados, não existe problema de relacionamento entre índios e não-índios;
- Com a Funai, eles consideram que a relação é razoável e observam que dela não recebem nenhum benefício, apenas o "cadastramento";
- Sobre os principais problemas da Aldeia Caraíba, o casal de índios entrevistados no trabalho de campo enumera: em primeiro lugar a água; seguido do transporte; condições de trabalho; moradia, sendo que "nenhuma casa é de alvenaria"; e Posto de Saúde;
- Sobre os principais projetos, os entrevistados relacionam: horta coletiva; plantio de caju; e formação da Associação.

c.4) Os Truká

- **A constituição e localização do grupo**

Os Truká se localizam, prioritariamente, na Ilha da Assunção, município de Cabrobó, Estado de Pernambuco (Foto 6.5.9-21). A ilha tem um total aproximado de 6.000 hectares. A área identificada como de "ocupação imemorial", de cerca de 1.650 hectares, era parte ocupada pelos índios, parte por posseiros.

Embora a população total dos Truká seja estimada pela FUNAI em 900 índios, no decorrer do trabalho de campo de BATISTA (1991) é elaborada uma estatística distinta, ponderando que nos limites da ilha vivem não mais que 400 índios que, somados ao contingente que habita terras situadas do outro lado do rio São Francisco - Estado da Bahia, chegam a 500. Este número, agregado à parcela que reside na cidade de Cabrobó, totaliza cerca de 600 indivíduos.

Vale salientar que uma análise da documentação disponível sobre os Truká revela que até o final da década de 50 os registros sobre o grupo referem-se sempre à denominação geográfica, isto é, identificam os moradores pelo nome da Ilha: "Aldeados da Assunção", "Índios da Assunção" ou "Caboclos da Assunção". Somente com a publicação do trabalho do Antropólogo HOENTHAL (1960), o grupo passa a ser identificado pela FUNAI como Truká, embora os índios se autodenominem Turká.

Finalmente, sabe-se que o primeiro movimento desse grupo buscando o reconhecimento de sua situação de remanescentes indígenas ocorreu em meados dos anos 40.

- **A situação atual**

De acordo com depoimentos colhidos em trabalho de campo - entrevistas com o Cacique Aurivan dos Santos Barros ("Neguinho", irmão mais novo do antigo cacique Ailson ou "Issô", hoje representante do "Comitê de Bacia" 1) e com o Pajé Adilson (também irmão do cacique) - o quadro atual dos índios Truká que habitam a Ilha da Assunção é o seguinte:

- A Terra Indígena (T.I.) Truká abriga três diferentes áreas: "Área 1", de mais antiga ocupação, com oito aldeias; "Caatinga Grande" (Foto 6.5.9-22), com apenas uma aldeia; e "Retomada" - que estava ocupada por posseiros e foi recuperada pelos índios, com um total de 13 aldeias. São três diferentes grupos e dois diferentes caciques e pajés: um cacique e um pajé para a

1 Instalado o Comitê de Bacia do São Francisco - ...O índio Ailson dos Santos, do Povo Truká, é o representante de 24 nações indígenas da Bacia do São Francisco, no Comitê, que é formado por 60 integrantes (17.12.2002).

Área 1 - Quinca ou "Birô" e Pedro Hermenegildo - e um cacique e um pajé - já referidos anteriormente - para a Caatinga Grande e a Retomada.

- Além das lideranças já mencionadas, os Truká contam com a atuação de Moseni (presidente do "Conselho Indígena de Saúde na área da Retomada do Povo Truká", o Cisnarp) e de "Dota", "Mãe Rosa" ou Antonio Alvim, presidente do Conselho Indígena da Área 1;
- Na avaliação do cacique entrevistado, a Área 1 tem cerca de 1.650 hectares, a Caatinga Grande em torno de 565 ha e a Retomada aproximadamente 3.900 ha;
- De acordo com o entrevistado, duas das três áreas acima referidas já estão "demarcadas" e a terceira encontra-se em processo de "homologação" ("Portaria assinada pelo Ministro da Justiça, declara de posse permanente do Grupo Indígena Truká a Terra Indígena de mesmo nome, com 5.769 hectares, localizada no Estado de Pernambuco. A Portaria está publicada no Diário Oficial da União" - AGRONET, 28.01.2002);
- Observe-se que o total de hectares estimados pelo cacique (6.115 ha) não corresponde exatamente ao território declarado como constituindo a Terra Indígena Truká - 5.769 hectares - conforme notícia acima veiculada. Neste sentido, ressalta-se que as estatísticas dos índios e da FUNAI são discrepantes quanto à área ocupada e o contingente de população existente, nas três terras indígenas localizadas na área de influência do projeto (que pelo que se tem observado, vêm passando nos últimos anos por um processo gradativo de ampliação);
- Com relação ao tamanho do contingente de população das áreas visitadas, as melhores estatísticas são as da FUNASA, que se ocupa da saúde e saneamento indígena. Mas, mesmo neste caso, os índios reclamam que a população encontra-se sempre subestimada, pois não são considerados, por exemplo, os índios "desaldeiados", ou seja, que residem fora da T.I.;
- Na avaliação das lideranças Truká, o contingente de índios que vivem atualmente nas três diferentes áreas e nas 22 diferentes aldeias da Ilha da Assunção é formado por "cerca de três mil e trezentos índios, descontados os brancos cônjugues de índios" (As estatísticas da FUNASA de 2004 falam em 3.462 índios);
- Os Truká descendem dos Kariri e em 1949 iniciaram o processo de retomada/afirmação de sua identidade, e posteriormente, em 1994, de ocupação da Ilha da Assunção. Dos Kariri descendem, além dos Truká, os Tumbalalá e os Tuxá (ambos do Estado da Bahia) e os Tuká, que segundo os entrevistados, "ainda não apareceram". Eles ressaltam que "são todos parentes, vieram de um mesmo tronco: Kariri";

- Todas as aldeias Truká contam com o fornecimento gratuito de energia elétrica e, de acordo com o depoimento dos entrevistados, a gratuidade dos serviços resulta de uma “negociação” dos índios com a Chesf. Mais especificamente, ocorre em troca da permissão, por parte dos índios, para que a linha de transmissão da Chesf atravessasse a Terra Indígena;
- Não há, todavia, nenhum serviço de coleta de lixo na Ilha da Assunção, apesar da proximidade física da cidade de Cabrobó e os índios, por sua vez, não adotam nenhum tipo de procedimento com relação ao lixo, que se espalha (visivelmente) pelo território por eles ocupado e, eventualmente, é queimado;
- Os entrevistados observam que já foi tentada, junto à Prefeitura de Cabrobó, a implantação de coleta de lixo na Ilha da Assunção, mas nada foi feito de concreto neste sentido;
- Os três sistemas existentes de abastecimento e de tratamento primário de água, captada diretamente do braço menor do rio São Francisco (Foto 6.5.9-23), em Catinga Grande, e do braço maior, nas aldeias de Gavião e Cajueiro, pertencentes à Área 1, são de responsabilidade da FUNASA e, de acordo com as lideranças indígenas entrevistadas, a água captada é insuficiente, na medida em que só abastece três das vinte e duas aldeias Truká;
- Os informantes ressaltam ainda a questão da relação entre a água consumida e os problemas de saúde da população indígena, destacando neste sentido a incidência de ameba e de doenças de pele e mencionando um caso fatal de doente vitimado pela febre tifóide. E finalmente observam que, “na época da enchente” (referem-se ao período recente de chuvas torrenciais na região), os três sistemas de abastecimento de água foram prejudicados;
- Como ocorre em tantas outras áreas do país, não existe rede de esgotamento sanitário na Ilha da Assunção e o esgoto das casas corre por valas, “a céu aberto”. Apenas em algumas residências há fossas e nestes casos os dejetos são despejados diretamente nas lagoas. Alguns banheiros e fossas foram construídos pela FUNASA em três aldeias da Terra Indígena Truká, mas foram abandonados, por terem sido subdimensionados com relação à capacidade de esgotamento; questão abordada pelos índios entrevistados, e por um funcionário da FUNASA, contatado no trabalho de campo;
- As casas são, na sua grande maioria, de “taipa” (parede feita de barro ou de cal e areia) e foi iniciada uma ação do “Projeto Renascer” (FUNAI/Governo do Estado), objetivando a construção de casas, banheiros, abastecimento d’água, energia elétrica e destinado a 21 comunidades indígenas de Pernambuco, entre elas as comunidade dos Truká, Kambiwá e Pipipan, no

sentido de substituir as casas de taipa por casas de alvenaria. Mas, de acordo com os depoimentos colhidos, este projeto só deu conta de substituir um número muito reduzido de casas (que na avaliação dos índios são muito mal construídas e correm riscos de desabamento);

- Vale salientar que, de acordo com informações veiculadas em documentos da FUNASA disponíveis na Internet, foi constatada na Terra Indígena Truká a presença do besouro identificado como "barbeiro" (transmissor da "Doença de Chagas") freqüente em áreas com habitações construídas de "taipa";
- Com relação à educação formal, funcionam na Terra Indígena Truká 11 escolas de 1ª à 4ª séries, mantidas pelo Governo do Estado e com 40 professores indígenas. Não há, todavia, o ensino bilíngüe;
- Cabe observar que, segundo os entrevistados, o tronco lingüístico do Truká foi identificado por estudioso da USP como Bucuí e foram inventariadas cerca de 1.100 palavras, mas que precisam ser traduzidas do francês;
- A partir da 5ª série os Truká estudam em escolas da cidade de Cabrobó, para onde são transportados em caminhonetes, mantidas pelas esferas estaduais e municipais;
- Na interpretação do pajé, além da ausência de ensino bilíngüe, o fato do ensino a partir da 5ª série ser ministrado em escolas fora da Terra Indígena, com professores e material didático de um universo exterior à realidade indígena, vem a comprometer o fortalecimento da identidade Truká;
- Ainda no aspecto educacional, os entrevistados lembram, com um certo entusiasmo, que existe uma índia Truká estudando Medicina em Cuba e que outros índios já estudam, ou se preparam para ingressar, em cursos da Universidade Federal de Pernambuco;
- Na Terra Indígena Truká funcionam quatro postos de saúde, que contam com Auxiliar de Enfermagem e são de responsabilidade da FUNASA. A referida instituição mantém também uma "equipe multidisciplinar" (composta por médico, enfermeira e dentista) que se desloca uma vez por semana para as aldeias, em visita domiciliar (ou "casa-a-casa", como preferem os entrevistados);
- Por outro lado, alguns índios treinados pela FUNASA desempenham dentro da Terra Indígena as funções de Agente de Saúde;
- Os Truká vivem da agricultura irrigada por inundação (Foto 6.5.9-24), cultivando - "sem nenhum tipo de assistência técnica", como observam os entrevistados - arroz (Fotos 6.5.9-25 e 6.5.9-26), feijão, cebola, tomate, maracujá, macaxeira, melancia e milho e - também de acordo com os seus depoimentos - são os maiores produtores de arroz do município de Cabrobó, que, por sua vez é o maior produtor de arroz do Estado de Pernambuco.

Neste sentido, observam que em conseqüência das últimas chuvas torrenciais que incidiram sobre a região, perderam cerca de 70% da produção de arroz e, por outro lado, não contaram com nenhum apoio do "governo";

- Reclamam ainda da falta de assistência da FUNASA para apoio à produção e observam que alugam 14 máquinas e duas colheitadeiras;
- Observam que há alguns anos atrás, foi desenvolvido um projeto, com financiamento do BNB, para plantio de coco, manga, goiaba e banana irrigada. A garantia do financiamento era a produção. Porém, quando se iniciou a colheita, o referido banco não se interessou em comprar a produção ou intermediar a venda, deixando os índios em posição difícil, endividados e sem ter para quem vender, uma vez que não foi feito por parte do banco nenhum esforço no sentido de se estabelecer uma estratégia de comercialização. Alguns índios conseguiram progredir com estes cultivos sem a ajuda do banco, porém outros abandonaram os plantios e ficaram inadimplentes;
- Criam para consumo e para venda: gado, bode, ovelha, cabra, galinha e pato e ressaltam que a única coisa que não vendem é o passarinho, "porque este é importante para a natureza";
- Cabe notar que existe uma serra com mata, aparentemente bem conservada, no interior da Ilha da Assunção (Foto 6.5.9-27);
- Segundo o depoimento dos índios, a caça é proibida na Ilha da Assunção ou, mais especificamente, na Terra Indígena Truká, onde eles registram a presença de animais como: lobo guará, guaxinim, tatu, peba, siriema e jaguatirica (vermelha, lagartixeira e pintada);
- Os Truká pescam, "na época das chuvas, quando vêm das barragens" (referem-se a barragem de Sobradinho), piau, cumatá, pescada, tilápia, tucunaré e carí e alguns índios criam em tanques, substancialmente, o cumatá e o tambaqui;
- Plantam manga e goiaba (que classificam em "natural" e "para exportar"), coco, acerola e banana. Mas insistem em reclamar sobre a falta de financiamento para seus projetos, inclusive de fruticultura, e observam que "existe um tratamento diferenciado no Banco do Nordeste, que dá anistia a não-índios na época da seca e que não procede do mesmo jeito com os índios";
- Produzem algum artesanato "para uso próprio" (Fotos 6.5.9-28 a 6.5.9-30), peças confeccionadas a partir de madeira, coco, sementes e fibra de caroá, que no entender do cacique entrevistado "nunca foi feito para vender, tudo é para uso próprio e ligado à religião, como, por exemplo, borduna e flecha", mas que na prática significa uma mínima possibilidade de renda

para alguns índios, que fabricam e vendem colares, pulseiras, anéis, fivelas de cabelo, maracás, saias de caroá (planta de onde se retira a fibra) etc.;

- Questionado sobre o assunto da produção e comercialização da maconha na região, o cacique entrevistado informou que esta atividade é muito difundida na região, sendo praticada pelos "homens brancos". Segundo seu depoimento, os índios Truká não têm este costume e também não usam droga. Em função da "retomada", ressalta a liderança indígena, com a expulsão de muitos posseiros da ilha, alguns inclusive envolvidos com agentes da Polícia Federal, os índios fizeram muitos inimigos e ele atribui isso a informações veiculadas na imprensa sobre o envolvimento de índios com tráfico de drogas. Finalmente, o cacique observa que não há provas contra os índios;
- Como formas de sobrevivência, alguns índios prestam serviços domésticos, ou trabalham em atividades mais especializadas ("depende dos estudos", como ressaltam os Truká entrevistados), na cidade de Cabrobó. Em contrapartida, há índios vivendo e trabalhando na cidade de Cabrobó, que trabalham também em atividades agrícolas na Terra Indígena;
- Os Truká contam com a "Associação dos Índios Truká" e a "Associação Indígena do Povo Truká", que foram criadas para o desenvolvimento da fruticultura, projeto já referido anteriormente e que, de acordo com os índios entrevistados, fracassou, em função do Banco do Nordeste não ter assegurado o mercado para a produção;
- Compartilham de boas relações com os diferentes grupamentos (ou aldeias) da Terra Indígena, com os demais grupos indígenas do Estado de Pernambuco e com índios de todo o Brasil, como ressaltam o cacique Truká entrevistado, que se refere inclusive ao atual apoio dado aos Macuxí (Roraima), na luta para demarcação da Reserva Indígena Raposa do Sol. O entrevistado refere-se ainda ao "Encontro dos Povos Resistentes" (e não "ressurgidos", ressaltam o cacique, como são normalmente classificados), realizado em Olinda, em 2003, que congregou cerca de quarenta mil índios;
- Não são boas, todavia, segundo os próprios Truká, as relações com a FUNAI (como já de certa forma caracterizado) e com representantes do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Da FUNAI, os índios receberam um trator, que serve inclusive como ambulância e para "transporte de mudança";
- Em contrapartida, os índios entrevistados enfatizam o bom desempenho da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, destinada a cuidar de questões indígenas;
- Dançam o "toré", ritual que exige indumentária e música específicas, e que se faz acompanhar do som de maracá, confeccionado pelos índios a partir

de “cabaças”. Um outro ritual praticado entre os Truká é denominado “a mesa” e dele participam apenas os membros do Conselho de Pajelança;

- Quando indagado sobre os principais problemas enfrentados, o cacique Truká entrevistado resume a questão nos seguintes termos: “Descaso das autoridades com o nosso povo. Educação, Saúde, Incentivos. E o próprio reconhecimento do povo”;
- E o pajé complementa: “Na educação, a linguagem lá fora só faz desautorizar” (refere-se aos índios que estudam fora da Terra Indígena). Na sua avaliação, “os professores índios estão capacitados para dar aula até a 8ª série”. Ele cita ainda o Centro Cultural Luiz Freire, uma ONG, que entre outras atividades cuida da formação do magistério indígena. Refere-se, finalmente, ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário) como outra instituição de apoio à questão indígena.

Em entrevista com o cacique da Área 1, Quinca, e com o presidente da Associação dos Índios Truká, Valdemar, confirmou-se as informações apresentadas pelo cacique Neguinho.

Levantou-se também a existência de quatro projetos dos índios Truká encaminhados em 04 de março de 2004 para a Funai, com cópia para a Funasa e para os ministérios da Justiça e da Integração Nacional, visando recuperação e reparação de perdas e danos ocasionados pelas enchentes do início do ano, conforme detalhado a seguir:

- Protocolado no Ministério da Integração Nacional sob o número MI-SEDEC/SAA 59502.000230/2004-0, com cópia para a Funai, para a FUNASA e para o Ministério da Justiça, solicita ações para recuperação de habitações (100 casas populares), estradas e vias de acesso atingidas pelas enchentes;
- Protocolado na FUNAI, com cópia para o Ministério da Justiça, solicita a liberação de R\$ 100.000,00 para reparação de perdas e danos da ordem de 75% da produção de arroz, feijão, cebola, tomate e milho, além de equipamentos moto-bomba, redes elétricas monofásicas e trifásicas, transformadores, criatórios de peixes, moradias e vias de acesso;
- Protocolado na FUNAI, com cópia para o Ministério da Justiça, solicita aquisição das seguintes beifeitorias: 3 tratores completos; 1 trator completo com tração 4x4; 4 moto-serras; 2 plantadeiras; 2 computadores; 1 canoa motorizada; 10 bolsas de estudos; 5 conjuntos moto-bomba de 10 cv; 3 conjuntos moto-bomba de 12,5 cv; 2 conjuntos moto-bomba de 15 cv; 1 conjunto moto-bomba de 20 cv; 2050 tubos PVC de 6 m por 6 polegadas; 200 bolas de arame farpado; e 2 casas de farinha;
- Protocolado na FUNAI, com cópia para o Ministério da Justiça, solicita, em caráter de urgência, ações administrativas que visem o melhor atendimento

do Povo Truká pelo Posto Indígena (Pin-Truká) de Cabrobó, tais como: aumento do quadro de funcionários do posto (1 indigenista, 1 técnico agrícola, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 motorista e 1 auxiliar administrativo); recuperação física do posto, compra de equipamentos e construção de anexo no início da via de acesso à Terra Indígena; constituição de uma instância na Funai para controle das atividades e do orçamento destinado à etnia Truká; maior planejamento e avaliação de atividades da Funai voltadas à etnia Truká; e maior empenho dos procuradores da Funai no enfrentamento do judiciário, em relação aos processos de crimes que envolvem as lideranças Truká.

d) Observações Finais

De uma população de 31.691 índios (segundo a FUNASA/2004) que habitam o Estado de Pernambuco (incluindo alguns "desaldeiados"), cerca de 7.138 (segundo a mesma fonte de informação) pertencem a grupos que ocupam áreas (ou Terras Indígenas) efetivamente localizadas nas imediações de obras do projeto.

Trata-se de contingentes de índios que passaram - em épocas remotas da história de ocupação do Estado - à condição de caboclos e que - em décadas mais recentes - resgataram a etnia indígena, havendo como consequência desse processo uma relativa aproximação e intercâmbio entre os hoje considerados índios e os demais habitantes das áreas onde se inserem as comunidades indígenas.

De fato, o que se observa através da literatura relativa aos grupos que habitam áreas localizadas nas imediações do projeto é que os índios sempre estiveram submetidos a condições de produção e enfrentaram situações climáticas adversas (caracterizadas principalmente pelos longos períodos de estiagem e, enfim, pela escassez de água) tais como as que afetam os outros trabalhadores e pequenos produtores rurais do sertão de Pernambuco.

Nesse sentido, esses índios - mesmo que consideradas algumas práticas específicas e mesmo quando redefinida a identidade étnica e, sobretudo, os limites de território de índios e não índios - sempre compartilharam formas de organização sociocultural com os demais moradores da região por eles habitada.

Assim, os conflitos pela terra, bem como a aproximação pelo trabalho, pelo compadrio, pelo casamento e pelo parentesco em geral, permeiam as relações entre esses dois contingentes, constituídos num primeiro momento por índios e não índios, num segundo momento por caboclos e não caboclos, para enfim, num terceiro momento, o retorno ao cenário de índios (hoje significativamente afastados da condição inicial) e não índios.

Finalmente, constatou-se (e nisso contribuem em muito as Teses de Mestrado consultadas) que, embora tendo seu território protegido e estando hoje na

condição de tutelados, os índios dessa região, por toda a história vivenciada - marcada inclusive pela miscigenação de cultura e de raça - parecem ser bem mais acessíveis ao diálogo e ao intercâmbio com outros segmentos da sociedade do que índios de outras tantas regiões do país, que não passaram por processo semelhante ao que experimentaram os indígenas do sertão pernambucano.

Mas, se por um lado há uma maior possibilidade de diálogo e intercâmbio entre os índios hoje denominados de "povos ressurgidos" e outros segmentos da sociedade, constata-se, em contrapartida, uma dificuldade nesta relação permeada, em muitos casos, por uma situação que pode ser caracterizada como de estigmatização e preconceito. Ou seja, trata-se de um contingente de população indígena que vive sem dúvida uma situação de ambigüidade: muito próximo fisicamente e culturalmente da sociedade envolvente; e muito distante dos paradigmas estabelecidos por tal sociedade.

É o que explicita, por exemplo, Vânia Fialho (ver Bibliografia), quando trata da questão de associações indígenas Kambiwá e Pipipan e da veiculação de projetos e pedidos de financiamentos:

"A princípio, não há diferenças significativas entre associações indígenas e não indígenas. O que distingue uma da outra é a relação com as instituições - com destaque para as públicas - que têm pouco interesse. Mesmo sendo a FUNAI acionada para avaliar projetos, há receio por parte das instituições não-índias na efetivação de qualquer relação que envolva os índios. É possível destacar que a categoria 'índios', inserida nas relações cotidianas de municípios que apresentam população indígena, é carregada de estigmas. Os direitos diferenciados indígenas são vistos como regalias e a pouca distintividade étnica - com base em critérios raciais ou culturais, entre índio e não-índio, alimentada pelos conflitos pela posse da terra, fazem com que esses sejam discriminados".

A realidade dos índios das três etnias estudadas, embora similar em alguns aspectos, se reveste de algumas particularidades, por exemplo, no que diz respeito à situação econômica, ao acesso aos recursos hídricos (neste sentido, inclusive, ao rio São Francisco), à mobilização política e à postura com relação ao projeto.

Neste sentido, temos de um lado os Truká, vivendo às margens do São Francisco, praticando uma agricultura irrigada (mas com problema de abastecimento doméstico) que lhes propicia uma situação econômica relativamente mais favorável, mobilizados politicamente e declaradamente contra o projeto. Do outro lado os Kambiwá e os Pipipan, mais relativamente distantes do São Francisco, em situação econômica que pode ser considerada bastante precária, com problemas de falta d'água para impulsionar a produção e para o consumo doméstico e com uma mobilização política mais voltada para resolução de problemas do cotidiano e não tão expressiva quanto à postura com relação ao projeto.

FIGURA 6.5.9-1

FIGURA 6.5.9-2

6.5.9.2 REMANESCENTES DE QUILOMBOS

a) Considerações Iniciais

O mapeamento dos locais onde vivem as comunidades negras remanescentes de quilombos na área de influência do Projeto de Integração é um trabalho recente, e que tem sido lento. As informações aqui apresentadas são um resumo de pesquisas realizadas junto às principais entidades dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará que se dedicam a estudar esta temática e/ou a encaminhar as principais reivindicações destes grupos.

É importante destacar que, dadas a atualidade e a ampla repercussão do tema e levando-se em conta que os eventuais efeitos negativos do projeto sobre estas comunidades seriam no máximo pontuais, tais como aqueles incidentes sobre as comunidades rurais em geral, as informações aqui apresentadas podem ser consideradas principalmente como subsídio para um futuro tratamento a ser dispensado a estes grupos sociais enquanto possíveis segmentos integrados ao processo de gestão do empreendimento.

b) Comunidades Negras: Um Tema e Muitas Discussões

Antigos quilombos, quilombolas e comunidades negras são atualmente denominações que representam agrupamentos quase familiares - fechados ou em convivência com "pessoas de fora" - dos antigos remanescentes de escravos no Brasil.

Os termos comunidade de remanescentes de quilombos ou comunidade de quilombolas são portadores de um conteúdo histórico que vem sendo re-semantizado no sentido de atender às lutas específicas do movimento negro por direitos em geral e, mais especificamente, pelo reconhecimento da posse da terra e contra a segregação racial.

É importante destacar que conceitualmente estas comunidades, dado o legado histórico a que remetem, se referem a grupos descendentes de escravos fugitivos e/ou resistentes; ou seja, a condição de fuga, perseguição e/ou resistência os diferencia dos demais grupos. Além disso, esta condição remete também a tentativas de "invisibilidade" experimentadas por estas comunidades, uma vez que a possibilidade de ter o patrimônio e a identidade preservada passou pela experiência de manter-se imperceptível ("invisível"), o que explica seu isolamento.

Sendo processo relativamente recente, a identificação destes grupos sociais assume formas típicas de dois campos distintos de abordagem: o da pesquisa acadêmica e o dos movimentos sociais. O primeiro, ainda permeado por algumas

imprecisões conceituais, tem como traço genérico o fato de lidar com as questões pertinentes às relações inter-étnicas. Alguns temas da tradição antropológica tendem a liderar os estudos deste campo: negritude e movimentos sociais; espaço e resistência; origem, devoção e alteridade; tradições afro-brasileiras (curandeirismo e rezas); etc.

Mais concretamente, o tratamento dispensado pela pesquisa antropológica define conceitualmente estes grupos a partir:

- De condições de pertencimento (afiliação/exclusão);
- Da identificação de normas e valores;
- De formas de ocupação e uso da terra (predominantemente comunais e de exploração sazonal);
- De laços de parentesco; e
- De relações de solidariedade e reciprocidade.

No campo dos movimentos sociais, a reflexão predominante interroga a inserção dos quilombolas nos movimentos organizados (movimento negro, sindical e de base religiosa) enquanto forma de garantir a eficácia simbólica e a consolidação dos conceitos "comunidade negra remanescente de quilombos" ou "comunidade negra de quilombolas". Isto porque, não obstante a diversidade de questões que envolvem estas comunidades espalhadas pelo país, observa-se certa tendência à construção de questões comuns a outros segmentos sociais. Exemplo destas questões é a luta pela posse da terra, no âmbito das reivindicações pela reforma agrária.

Nesse sentido, pode-se sugerir que as especificidades destas comunidades, quando transformadas em conteúdo do movimento organizado, tendem a se confundir com as reivindicações próprias de outros grupos sociais com características de exclusão.

As observações aqui resumidamente apresentadas objetivaram situar, tanto do ponto de vista conceitual como no espaço geográfico de interesse, a temática das "comunidades remanescentes de quilombos" ou "comunidades negras de quilombolas". Uma temática que, face à sua complexidade e ao estágio atual das pesquisas, sugere um longo caminho de reflexão a ser percorrido.

c) Comunidades Negras de Quilombolas na Região do Projeto

c.1) Caracterização Geral

Segundo a pesquisa de informações secundárias realizada, as comunidades negras de quilombolas têm histórias individuais bastante distintas. Em linhas gerais,

pode-se dizer que algumas se originam de núcleos de resistência e outras expressam trajetórias de fuga que findaram por afastá-las de suas raízes territoriais.

Estas histórias freqüentemente tendem a ser atualizadas ao longo do tempo, através da preservação de hábitos, valores, rituais e crenças repassados pelas sucessivas gerações. Alguns desses grupos privilegiam a posse comunal da terra; outros os laços familiares consolidados a partir do costume de viver e casar entre parentes. O isolamento, em alguns casos, constitui importante estratégia de sobrevivência e preservação do patrimônio: "morando sempre entre iguais". Para outros, no contato e convivência com as "pessoas de fora" é que reside a possibilidade de preservação da identidade social através da demarcação de espaços e do domínio das trocas.

Na porção cearense da região do projeto, observa-se que a identificação das comunidades de quilombolas está associada à origem e tradição familiar - a família Assis marca a descendência de uma das mulheres negras fugidas da Bahia no século XVIII, que fundou o povoado de Bastiões (município de Iracema-CE).

Já os estudos sobre a comunidade de quilombolas localizada em Pernambuco (município de Salgueiro - AID) - Conceição das Creoulas - ressaltam as questões referentes às tradições afro-brasileiras, no plano da religiosidade, como uma das principais referências de sua identidade. Aqui, os serviços para a "libertação" dos males psicossomáticos através de rituais de cura são uma das principais referências para a compreensão das formas de organização e reprodução simbólica deste grupo.

Por fim, vale registrar que, de modo geral, as comunidades de quilombolas identificadas na área de interesse, a despeito de suas especificidades históricas e culturais, tendem a expressar também demandas comuns ao conjunto das comunidades rurais, decorrentes principalmente das pressões sociais típicas dos conflitos pela posse da terra.

c.2) Identificação espacial

O mapeamento dos locais onde vivem as comunidades negras remanescentes de quilombos, conforme já mencionado, tem sido um trabalho lento, cujas primeiras informações começam agora a ser parcialmente divulgadas. Segundo pesquisas já realizadas, principalmente por iniciativa do Ministério da Cultura (Fundação Palmares), existem hoje no Brasil cerca de 500 comunidades identificadas. Destas, 400 localizam-se no Estado do Maranhão, unidade federativa em que também está concentrado o maior número de entidades voltadas para a discussão de temas referentes a estas comunidades.

Nos estados em que está contida a AID do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, é mencionada a existência dos grupos adiante relacionados.

Em Pernambuco

- Comunidade "Conceição de Creoulas", no município de Salgueiro (AID);
- Comunidade "Floresta de Navio", também no município de Salgueiro;
- Comunidade "Castainha", no município de Guaranhuns.

Estas comunidades são caracterizadas como "sítios isolados", segundo as informações obtidas junto ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Ainda segundo esta fonte, existem comunidades não identificadas localizadas nos municípios entre os eixos de Itaparica e Sobradinho, que portanto podem estar na AID.

No município de Salgueiro, foi objeto de reconhecimento expedito durante os trabalhos de campo a Vila de Conceição das Creoulas, situada – em região elevada - a cerca de 30 km em linha reta a sudeste de Salgueiro, núcleo de um povoamento rural com cerca de 3.000 habitantes, dos quais por volta de 200 residem na vila. A menor distância da vila ao sistema adutor do Projeto de Integração também é de 30 km. Nas Fotos 6.5.9-31 a 6.5.9-33 podem ser observadas vistas do aglomerado urbano da comunidade. Na cartografia disponível e nas entrevistas realizadas em campo, nenhuma referência foi obtida que permitisse identificar e visitar a comunidade de Floresta de Navio.

Na Paraíba

- Comunidade "Pitombeira", no município de Santa Luzia (AII – Bacia do Piranhas-Açu); e
- Comunidade "Talhado", também no município de Santa Luzia.

Segundo as informações coletadas, existem outras comunidades ainda não identificadas neste Estado.

No Rio Grande do Norte

- Comunidade "Boa Vista dos Negros", entre os municípios - AII (Bacia do Piranhas-Açu) - de Parelhas e Carnaúba dos Dantas (comunidade isolada);
- Uma comunidade no município de Currais Novos (AII – Bacia do Piranhas-Açu); e
- Uma comunidade no município de Portalegre (AII – Bacia do Apodi).

De acordo com informações do Prof. Geraldo Barbosa de Oliveira Júnior, da Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC, existem no estado cerca de 50 comunidades negras.

Apesar das dúvidas quanto ao perfil etnográfico de seus habitantes, informações locais sugerem que a comunidade referida como quilombola do município de Portalegre seja a Vila do Pêga, situada na Serra de Portalegre, a cerca de 5 km a sudoeste da sede municipal. Nas Fotos 6.5.9-34 a 6.5.9-36 podem ser observados aspectos das edificações e da população residente desta vila, que de fato é habitada por expressiva proporção de indivíduos da raça negra.

No Ceará

- Comunidade “Lagoa do Ramo” - no município de Aquiraz (AII – Bacias Metropolitanas de Fortaleza);
- Comunidade “Goiabeiras”, também no município de Aquiraz;
- Comunidade “Conceição dos Caetanos”- no município de Tururu;
- Comunidade “Bastiões” - no município de Iracema (AII – Bacia do Jaguaribe);
- Comunidades “Mundo Novo”, “Água Preta” e “Buritizal”, localizadas no eixo dos municípios de Tauá e Quixeramobim (AII – Bacia do Jaguaribe).

Localizada nas partes mais altas da Serra do Pereiro, a 20 km a sudoeste da sede municipal de Iracema, a Vila de Bastiões tem cerca de 400 domicílios, sendo que informantes locais confirmam o predomínio da população negra na comunidade. Nas Fotos 6.5.9-37 a 6.5.9-39 adiante são observados aspectos do povoado, com destaque para a vista do Vale do Jaguaribe ao fundo da Foto 6.5.9-37 e o detalhe – Foto 6.5.9-39 - da imagem de N. Sa. Do Carmo que, segundo relatos orais colhidos localmente, teria sido trocada pelas fundadoras da vila (as negras Feliciano e Bibiana) com padres franciscanos por quatro cavalos (de que os religiosos necessitavam para voltar a Pernambuco).

c.3) Canais de pesquisa/mobilização

É importante destacar que o universo de comunidades de quilombolas conta com um conjunto de entidades que veiculam as principais demandas deste grupo e/ou desenvolvem estudos sobre ele. O alcance destas entidades freqüentemente extrapola os limites territoriais regionais, uma vez que o debate acerca dos direitos e da preservação da cultura dos quilombolas tende a repercutir nacionalmente - e com possíveis articulações internacionais - no âmbito do movimento negro organizado. Dada a importância desta constatação tendo em vista os aspectos de comunicação social envolvidos no processo de negociação/implantação do Projeto, são identificadas adiante algumas das

entidades que atuam na área de influência direta do empreendimento, seja pesquisando estas comunidades, seja veiculando suas reivindicações:

- Associação Missão Tremembé (Ceará);
- GAVA - Grupo Ambiental Vale do Açu (Rio Grande do Norte);
- IMOPEC - Instituto da Memória do Povo Cearense (Ceará);
- NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter-étnicas - Univ. Federal de Santa Catarina; e
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Departamento de Antropologia).

d) Aspectos Legais

A Constituição de 1988 dedicou espaço específico às comunidades negras descendentes de populações de quilombos, principalmente tratando das questões referentes à posse da terra e à preservação do patrimônio histórico e cultural.

Em capítulos específicos, a legislação reconhece o direito dessas comunidades à propriedade das terras que ocupam, conforme se vê adiante.

Capítulo II da Constituição Federal - Da Educação, da Cultura e do Desporto.

SEÇÃO II - DA CULTURA

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 5 - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ato de Disposições Constitucionais Transitórias

Artigo 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

É interessante notar que, como a maioria destas comunidades está localizada na zona rural, a terra tem sido a principal reivindicação. À guisa de ilustração, tem-se algumas comunidades já identificadas e em vias de serem beneficiadas pela legislação acima comentada: uma comunidade no Maranhão transformada em reserva extrativista e aguardando a titulação; a comunidade Rio das Antas na Bahia (município de Bom Jesus da Lapa); e a comunidade de Mocambo, no estado de Sergipe.

e) Observações Conclusivas

Os levantamentos realizados indicam, na AID do projeto, a presença de uma comunidade remanescente de quilombolas, no município Salgueiro-PE. Verificou-se ainda que o processo de identificação destes grupos sociais é recente, havendo menções genéricas - sem especificação de local - à presença de outras populações de origem técnico-social semelhante em diferentes porções do território dos estados nos quais o projeto estará situado. Os indicativos concretos da presença destas populações nas proximidades do empreendimento, contudo, restringem-se aos mencionados nos itens precedentes.

Quanto aos riscos potenciais efetivamente representados pelo Projeto de Integração para estas comunidades, as constatações dos estudos socioeconômicos realizados para o EIA dão conta de que:

- O eixo principal das demandas das comunidades em questão está diretamente relacionado com o acesso à terra;
- Estas reivindicações fundiárias, desde que tenham sua legitimidade formalmente constatada, têm amparo constitucional específico;
- Tanto em Salgueiro-PE quanto nos demais municípios próximos à AID em que foram visitadas comunidades apontadas, nos relatos e documentos obtidos, como indícios da presença de quilombolas na região do projeto, verificou-se que os territórios ocupados por estas se encontram distantes da faixa de obras;
- O caráter de refúgio que marcou a fundação das vilas de quilombolas levou ao seu posicionamento – pelo menos na região que será atravessada pelo sistema adutor do Projeto - em posição fisiográfica absolutamente distinta (nas serras) dos eixos de condução das águas, por se tratarem de locais

(àquela época) distantes e, portanto, em melhor situação de segurança para os membros das comunidades originais;

- Ademais, durante os trabalhos de campo para caracterização da ADA – Área Diretamente Afetada - não se teve registro ou notícia da presença de outras comunidades de quilombolas que pudessem estar localizadas nas proximidades dos futuros locais de obras;
- Vale lembrar que, face ao atrativo das oportunidades urbanas (principalmente as das capitais estaduais) e às restrições climáticas, as áreas rurais da AID encontram-se em intenso e generalizado processo de esvaziamento, e, portanto de redução da pressão sobre os recursos fundiários;
- Como eventuais movimentos contrários diretamente decorrentes do empreendimento, que induzam pressão de adensamento do uso do solo rural, tenderão a estar localizadas nas imediações dos eixos de condução de águas, estes não afetarão as pretensões fundiárias das comunidades conhecidas de quilombolas da AID e adjacências – todas distantes e assentadas em cotas substancialmente mais elevadas;

Desta forma, pode ser considerada remota a possibilidade de interferência do Projeto com as condições de vida destas comunidades.

Ainda assim, a importância sociocultural do grupo e a legislação que o protege – tendo por pressuposto sua fragilidade no contexto dos conflitos em que estão envolvidos - justificam a manutenção, caso demandado, de gestões e entendimentos específicos entre seus representantes e as instituições empreendedora e operadora do projeto, visando trocar informações e acertar providências que assegurem a tranquilidade dos membros das referidas comunidades. Caso venham a acontecer, estes entendimentos deverão facilitar a representação do grupo social no sistema de gestão do empreendimento, no âmbito do qual serão discutidas importantes questões de interesse das populações rurais da área de influência, tais como as condições de acesso à água por parte das comunidades vizinhas.

6.5.9.3 REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 6.5.9-1 – Vista Panorâmica / Aldeia Baixa da Alexandra / Tribo Kambiwá.



Foto 6.5.9-2 – Igreja / Aldeia Baixa da Alexandra / Kambiwá.



Foto 6.5.9-3 – Escola Indígena Aïmberê / Aldeia Baixa da Alexandra / Kambiwá.



Foto 6.5.9-4 – Posto de Saúde da Funasa / Aldeia Baixa da Alexandra / Kambiwá



Foto 6.5.9-5 – Caixa d'água / Aldeia Baixa da Alexandra / Kambiawá.



Foto 6.5.9-6 – Arruamento, Cisterna e Rede Elétrica / Aldeia Nazário / Kambiawá.



Foto 6.5.9-7 – Casario / Aldeia Nazário / Kambiwá.



Foto 6.5.9-8 – Índios moradores da Aldeia Nazário / Kambiwá.



Foto 6.5.9-9 – Escola / Aldeia Nazário / Kambiá.



Foto 6.5.9-10 – Carregamento de Palma Forrageira em carroça para plantio / Kambiá.

Foto 6.5.9-11 – Artesanato / Aldeia Americana / Kambiwá.



Foto 6.5.9-12 – Índia amamentando / Aldeia Americana / Kambiwá.





Foto 6.5.9-13 – Entrada da Aldeia Travessão do Ouro / Tribo Pipipan.



Foto 6.5.9-14 – Escola / Aldeia Travessão do Ouro / Pipipan.



Foto 6.5.9-15 – Plantação de milho e rede elétrica - Aldeia Travessão do Ouro/Pipipan.



Foto 6.5.9-16 – Cisterna / Aldeia Travessão do Ouro / Pipipan.



Foto 6.5.9-17 – Casario / Maloca Capoeira do Barro / Tribo Pipipan.



Foto 6.5.9-18 – Índios moradores da Maloca Capoeira do Barro / Pipipan.



Foto 6.5.9-19 – Carregamento de Água / Maloca Capoeira do Barro / Pipipan.



Foto 6.5.9-20 – Cabras / Aldeia Travessão do Ouro / Pipipan.



Foto 6.5.9-21 – Entrada da Ilha da Assunção / Cabrobó – PE / Tribo Truká.



Foto 6.5.9-22 – Casario, Rede Elétrica e Antena Parabólica / Aldeia Caatinga Grande / Truká.



Foto 6.5.9-23 – Braço menor do Rio São Francisco / Ilha da Assunção / Truká.



Foto 6.5.9-24 – Tomada de água para irrigação por inundação / Ilha da Assunção / Truká.



Foto 6.5.9-25 – Plantação de Arroz e de Capim / Aldeia Caatinga Grande / Truká.



Foto 6.5.9-26 – Colheitadeira de Arroz / Aldeia Caatinga Grande / Truká.



Foto 6.5.9-27 – Serra com mata bem conservada / Ilha da Assunção / Truká.



Foto 6.5.9-28 – Artesanato / Aldeia Caatinga Grande / Truká.



Foto 6.5.9-29 – Artesanato / Aldeia Caatinga Grande / Truká.



Foto 6.5.9-30 – Índios com vestimentas e instrumentos para o Toré / Truká.



Foto 6.5.9-31 – Vista panorâmica da Vila de Conceição das Creoulas, comunidade remanescente de quilombos situada no município de Salgueiro-PE.



Foto 6.5.9-32 – Vista da vila de Conceição das Creoulas desde a parede do açude ali existente.



Foto 6.5.9-33 – Vista parcial do núcleo urbano da vila de Conceição das Creoulas: templo religioso, posto telefônico e praça.



Foto 6.5.9-34 – Aspecto de domicílio e habitantes da Vila do Pêga (Portalegre-RN).



Foto 6.5.9-35 – Creche escola da Vila do Pêga, com alunos em pleno lanche.



Foto 6.5.9-36 – Sala de aula em escola de 1º grau na Vila do Pêga.



Foto 6.5.9-37 – Vista parcial do núcleo urbano de Bastiões, Iracema-CE, com destaque para a capela de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do lugar.



Foto 6.5.9-38 – Cena da Vila de Bastiões: rua sem calçamento e residências de alvenaria simples. Ao fundo, vista do Vale do Jaguaribe.



Foto 6.5.9-39 - Altar da capela Nossa Senhora do Carmo, esculpido em madeira em 1936. No centro imagem da santa, de origem portuguesa.

6.5.10 PATRIMÔNIO CULTURAL

6.5.10.1 INTRODUÇÃO

O Estudo sobre o Patrimônio Cultural na área do Projeto de Integração envolve diversos aspectos materiais do povoamento regional e uma complexa trama de relações sócio-culturais que moldaram a sociedade que ali vive atualmente.

A reunião dos elementos arqueológicos, os dados históricos, etnológicos e as tradições e hábitos das comunidades compõem a realidade a ser estudada, com os quais se busca compreender os eventos representativos para a reconstituição da dinâmica da ocupação humana na área estudada.

Em relação às áreas de influência do empreendimento a ocorrência de sítios arqueológicos se associa de maneira direta à área de impactação pelas obras e os usos planejados a partir da implantação do Projeto de Integração. Nesse contexto, também merecem destaque os aspectos culturais intangíveis, que tratam do universo simbólico social, de modo a delimitar áreas de significativa importância cultural e que devem fazer parte do aprofundamento dos estudos.

No que diz respeito à ADA, como as informações são pouco precisas quanto à localização sobre a maioria dos sítios arqueológicos e demais locais de interesse conhecidos, o estudo apresentado procura contextualizar o potencial do Patrimônio Cultural, visando, sobretudo propor medidas preventivas a serem tomadas nas fases anteriores de execução das obras, assim como no seu desenvolvimento, de modo a identificar e preservar os locais relevantes para a valorização cultural da região envolvida na implantação do Projeto de Integração.

Para facilitar a compreensão do contexto em que se deu a constituição do patrimônio sócio-cultural de interesse, a parte de conteúdo efetivamente temático do documento é iniciada (item 6.5.10.2) com uma abordagem histórica complementar (o tema já foi tratado no capítulo 4) da ocupação do interior do Nordeste. Esta retrospectiva visa enfatizar a dimensão humana do processo de povoamento (o histórico anterior priorizou os lugares) e assim facilitar a compreensão dos fatos que engendraram a situação atual dos grupos sociais focalizados. Mais especificamente, estas informações servem de base para a avaliação do potencial em termos de Arqueologia Histórica da região do projeto e dos tipos de elementos significativos para o reconhecimento do patrimônio cultural deste espaço numa perspectiva diacrônica.

Considerando os aspectos relevantes em termos regionais, o diagnóstico do patrimônio cultural compreende a caracterização e contextualização dos bens de interesse conhecidos e da provável potencialidade da AID. Vale frisar que o estudo baseia-se em um panorama geral do que se conhece e de diversos trabalhos ainda em andamento, não tendo, portanto, a pretensão de apresentar um estudo exaustivo sobre todos os elementos do contexto histórico-cultural da Região Nordeste.

Os principais fundamentos informativos do trabalho são provenientes de levantamentos bibliográficos sobre a arqueologia, a história e os dados etnográficos, com os quais buscou-se reunir os aspectos primordiais para se entender os tipos de traços culturais encontrados em decorrência do processo de ocupação regional.

A opção pelo registro, ainda que expedito, de evidências paleontológicas conhecidas (basicamente aquelas relacionadas às cacimbas e outros depósitos de ocorrência de megafauna pleistocênica), decorreu da indicação obtida de que junto

a elas existiriam vestígios arqueológicos. Sendo assim, esses depósitos seriam pelo menos locais propícios para a preservação de vestígios arqueológicos, além de fontes importantes para se discutir a possibilidade da associação de grupos humanos com esta fauna.

Além da pesquisa institucional nas capitais dos estados de abrangência do estudo, os levantamentos de informações compreenderam entrevistas com pesquisadores e estudiosos da região, tendo-se ademais percorrido uma amostra da área para a coleta de dados e localização de evidências arqueológicas. Priorizou-se nestas entrevistas e no reconhecimento local os municípios de maior antigüidade histórica, tradição regional ou que apresentassem instituições de interesse para o estudo (como museus, universidades, centros culturais e de pesquisa).

6.5.10.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

As primeiras ocupações humanas na Região Nordeste em caráter mais abrangente remontam a um período bastante recuado (cerca de 10 mil a 11 mil anos atrás¹), com populações de caçadores-coletores que viviam preferencialmente nos ambientes úmidos dos brejos. Da mesma época ocorrem pinturas rupestres que se encontram amplamente distribuídas na região nordeste e em cerca de seis mil anos atrás são registradas as gravuras rupestres, associadas a diversos rios e lagoas do sertão. Dessas últimas, um dos mais notáveis exemplos está no sítio denominado Pedra do Ingá, no município de mesmo nome na Paraíba.

Embora haja registros de datações de cerca de 3000 anos para o material cerâmico, em época mais recente, cerca de mil e quinhentos anos atrás, estão registrados aldeamentos e cemitérios onde grupos pré-históricos, provavelmente agricultores, deixaram diversos tipos de cerâmica utilitária ou urnas, estas sendo utilizadas para enterrar seus mortos. Algumas dessas populações foram encontradas pelos portugueses no ano de 1500, sendo as litorâneas genericamente denominadas Tupiguarani. Para o interior, um outro grupo registrado nos dados arqueológicos é o do tronco linguístico Macro-Jê, usualmente associado à Tradição Aratu, conhecida pelos numerosos sítios-cemitério encontrados em várias partes do nordeste e também no centro-oeste e sudeste do Brasil.

No processo histórico da ocupação, quando houve o contato entre as primeiras levadas de conquistadores portugueses e as populações indígenas – principalmente as que viviam no litoral – as relações estabelecidas inicialmente baseavam-se na troca de produtos manufaturados pelo pau-brasil, o que tornava a convivência

1 Datas mais antigas, com cerca de 50.000 anos foram registradas nas pesquisas realizadas na Serra da Capivara, Piauí, coordenadas por Niède Guidon (Martin, 2002:22).

entre ambos bastante amigável. Esta prática, no entanto, era também seguida por outros europeus como os franceses e holandeses, ameaçando o domínio de Portugal sobre a terra recém conquistada.

Após a implantação do Governo Geral em 1549, que iria empreender o povoamento de maneira mais efetiva tendo como base econômica a lavoura da cana-de-açúcar, o contato com os indígenas se intensificaria, buscando os portugueses escravizá-los para servir de mão-de-obra para os engenhos do litoral. Dali em diante as relações se transformariam, tornando inevitáveis os conflitos. No sertão, o numeroso contingente de populações indígenas linguisticamente diversificadas iria ser uma barreira à ocupação européia. Várias incursões de apresamento eram realizadas e os portugueses, em menor número, se aproveitavam da inimizade entre os grupos da terra para empreender a captura e extermínio daqueles que resistiam à sua dominação, além de se beneficiarem do conhecimento que os índios possuíam do território. Foi comum também a formação de exércitos mistos para o combate aos invasores franceses que buscavam as riquezas, inclusive as do sertão.

Os indígenas, que resistiam fortemente à escravização, acabaram sendo substituídos nos engenhos pela mão-de-obra africana – culturalmente desestruturada pela captura e afastamento de seus locais de origem e, portanto, mais facilmente moldada ao sistema produtivo implantado na colônia.

Conforme anteriormente mencionado, a pecuária, atividade complementar à lavoura açucareira, logo teve seu papel na ocupação do sertão, já que os rebanhos se adaptavam melhor do que as lavouras às condições climáticas predominantes. Assim a interiorização ficou restrita no início aos rios navegáveis, destacando-se o rio São Francisco, cujas margens receberam os primeiros rebanhos.

O domínio sobre o território, portanto, ainda era pouco significativo diante de sua extensão e da atração que as riquezas ali encontradas exerciam sobre outras potências européias da época. Os holandeses, que eram aliados dos portugueses na venda do açúcar, seriam prejudicados quando Portugal ficou sob o reinado da Espanha, no período dos Felipes (1580-1640), buscando então conquistar o território da colônia para manter sua atividade comercial.

Somente após a retomada definitiva do Nordeste pelos portugueses em 1654, as frentes de expansão provenientes de Olinda e de Salvador se apropriaram com maior efetividade do sertão, ampliando o processo de instalação dos rebanhos bovinos e combatendo as populações indígenas que habitavam o interior. Outra difícil conquista foi realizada com a eliminação dos quilombos, muitos formados no período de ocupação holandesa, como o Quilombo de Palmares, que só seria totalmente destruído no fim do século XVII (1694).

Durante o século XVIII, com a necessidade de aumento dos rebanhos para atendimento às demandas incrementadas das zonas mineradoras de Minas Gerais e dos centros litorâneos de comércio, nova expansão da pecuária intensificou o extermínio dos índios ou seu confinamento em aldeamentos comandados, na sua maioria, pelos padres jesuítas, responsáveis por inúmeras missões religiosas no sertão.

A transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763), o redimensionamento do poder político colonial, o declínio do açúcar e as dificuldades por que passavam os habitantes do interior com as secas, foram importantes problemas para a região, somando-se às disputas entre índios e fazendeiros, criadores de gados e lavradores em torno da posse da terra.

Na segunda metade do século seguinte, a produção do algodão, que vinha desde o princípio acompanhando a produção da pecuária, alcançaria maior expressão e proporcionaria um certo desenvolvimento no interior. A instalação de alguns ramais ferroviários também contribuiria para a integração regional e o fortalecimento da ligação entre os locais de produção e os centros de comércio.

Entretanto, a estrutura latifundiária de domínio – com concentração de poder nas mãos das elites locais, representadas pela figura dos coronéis, seria afetada pela recuperação dos mercados pela concorrência externa e pela abolição da escravidão, atingindo as zonas produtoras de algodão. As transformações sociais que a República viria a introduzir, por outro lado, passaram a atrair para os centros urbanos os indivíduos menos favorecidos da sociedade rural, que já não tinham condições para suportar os longos períodos de seca e as demais condições desfavoráveis. Este foi o momento inicial do longo período de emigração de nordestinos para outras regiões do país (especialmente o Sul-Sudeste), que só recentemente teve sua intensidade diminuída.

6.5.10.3 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Como se percebe no texto do item antecedente, a formação histórica do Nordeste se desenvolveu em um contexto diversificado, em que várias influências culturais contribuíram na conformação de sua sociedade. A colonização portuguesa foi bastante influenciada pelos traços indígenas e dos escravos africanos, mas, neste processo, também outros povos europeus, em particular os holandeses, deixaram suas marcas na memória social.

Essa diversidade de influências culturais, entretanto, já seria comum nos períodos mais recuados, quando várias populações se estabeleceram na região e deixaram seus vestígios nos sítios arqueológicos e nas etnias formadoras do universo populacional encontrado no século XVI.

Em termos da diversidade cultural, a região nordestina é uma das mais importantes em ocorrências arqueológicas, reunindo condições favoráveis relacionadas à conservação dos materiais graças à secura do ambiente, particularmente o do interior, de maior aridez. A antiguidade do registro arqueológico ali encontrado é outra característica que reforça seu potencial para a compreensão do processo de ocupação iniciado no período pleistocênico (GUIDON, 1992) e que vem revelando uma riqueza infindável de formas de apropriação do ambiente natural pelos grupos humanos que ali viveram.

Nesse sentido, o panorama atual da área correspondente ao Projeto de Integração tem como referência as áreas arqueológicas conhecidas² e os resultados disponíveis de projetos de pesquisa concluídos ou em andamento.

As descobertas realizadas pelas equipes das universidades e centros de pesquisa compreendem um conjunto rico e variado de sítios rupestres (com gravuras e pinturas), ocupações de caçadores (onde pontas de projéteis provavelmente se prestariam à caça da fauna de grande porte - a megafauna, típica do período pleistocênico); aldeamentos de agricultores ceramistas; e necrópoles indígenas (onde os esqueletos encontrados proporcionam uma valiosa fonte de estudo sobre as condições de vida das sociedades pré-históricas).

No Estado de Pernambuco, os pesquisadores da UFPE mantêm um grupo bastante atuante no Estado, assim como em outras regiões do Nordeste, nas quais vêm colaborando com os pesquisadores locais. A equipe foi responsável pelo Projeto de Salvamento na área do reservatório de Itaparica, no Rio São Francisco, coordenado por Gabriela Martin na porção pernambucana do projeto e vem realizando estudos nos sítios encontrados na área da barragem de Sobradinho. Estas pesquisas revelaram um conjunto significativo de ocupações pré-históricas e do período colonial, o que proporcionou um conhecimento significativo da área do Rio São Francisco. Próximo ao rio, foi escavado o sítio-tipo da Tradição³ Itaparica, à qual está associada a uma das mais antigas ocupações humanas do Nordeste. Estes resultados, somados às pesquisas feitas por Valentim Calderón e sua equipe no Vale do São Francisco, demonstram que esta região apresenta uma grande riqueza em vestígios arqueológicos, fator que comprova sua importância para o estabelecimento de diversos grupos humanos desde a pré-história. Na área que

2 Área Arqueológica - divisão geográfica que compartilha das mesmas condições ecológicas e na qual está delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos. Estes correspondem a assentamentos humanos onde se tenha observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram. Para o estabelecimento de uma área arqueológica, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica e, em seguida, realiza-se prospecções extensivas nessa área escolhida (MARTIN, 1997:87).

3 Tradição: "grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal" (PRONAPA, 76); uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo um dos outros, e formam uma continuidade cronológica" (SOUZA, 1997:124).

vai de Petrolina até Belém do São Francisco foram encontrados raspadores (Figura 6.5.9-1) e pontas líticas, gravuras rupestres (Figura 6.5.10-2) e vasilhames cerâmicos (urnas funerárias da chamada Cerâmica Cabrobó, Figura 6.5.10-3), sendo estes últimos também recuperados em Ilhas do São Francisco, como é o caso das Ilhas de Assunção (município de Cabrobó-PE), do Pontal, Itacuruba, da Viúva e Zorobabel.

FIGURA 6.5.10-1 – RASPADOR DO TIPO LESMA. SÍTIO GRUTA DO PADRE, PETROLÂNDIA - PE



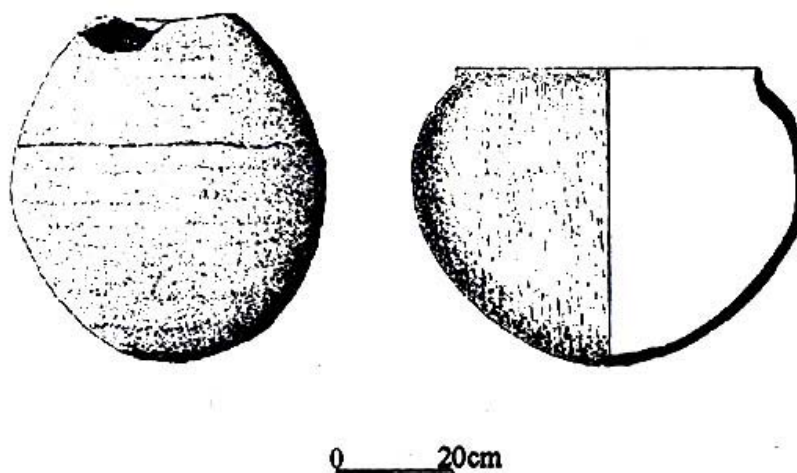
Fonte: MARTIN, 1999: 421.

FIGURA 6.5.10-2 – GRAVURAS RUPESTRES. TRADIÇÃO ITAQUATIARAS. SÍTIO ABELHAS, FAZENDA ALAGOINHAS. BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE, E PETROLÂNDIA-PE.



Fonte: MARTIN, 1999: 305 e 439.

FIGURA 6.5.10-3 – CERÂMICA CABROBÓ. URNAS FUNERÁRIAS DE CABROBÓ E ITACURUBA-PE.



Fonte: MARTIN, 1999: 215.

Mais ao norte, no município de Salgueiro-PE, Distrito de Conceição das Creoulas, outro conjunto de sítios arqueológicos foi estudado pelos pesquisadores da UFPE, que registraram vários sítios rupestres e tanques com ossos de megafauna (Figuras 6.5.10-4 a 6.5.10-6) e artefatos líticos (Figura 6.5.10-7). Estes sítios comprovam a importância dos tanques ou cacimbas⁴ para a pesquisa arqueológica. A ocorrência destes depósitos vem se destacando para a pesquisa dos sítios mais antigos, que reúnem vestígios dos grupos de caçadores que buscavam o melhor momento de atacar os grandes animais pleistocênicos que para ali se dirigiam em busca de água. Uma definição simples e objetiva para os tanques é oferecida por LAROCHE (1987b):

São cavidades rochosas cujas aberturas geralmente afloram à superfície do solo, encontrados freqüentemente nas zonas de poucos desníveis, mas também em altitudes. Os Tanques são depósitos de água natural, ainda hoje em dia utilizados pelos fazendeiros como bebedouros para o gado ou outras finalidades domésticas. Esses bebedouros foram também freqüentados em tempos pré-históricos recuados pelos animais da megafauna. Por este motivo, constituem para os pesquisadores fontes de documentos tanto para a Arqueologia como para a Paleontologia. (1987:12).

4 "O termo cacimba "latu sensu", significa buraco até se encontrar um lençol d'água; poço. Cacimba não é, de fato, um acidente natural, mas um resultado de trabalho humano. A abertura de cacimbas (poços), em várias regiões do Brasil, provocou a descoberta de ossadas fósseis, em terrenos de diversas naturezas geológicas. Nas regiões semi-áridas, é comum a escavação de cacimbas, no fundo seco de antigas lagoas ou de lagos temporários, que ocupavam depressões naturais do terreno". (Sanzzoni de Paula, 1998).

FIGURA 6.5.10-4 – SÍTIO LAGOA DA PEDRA, ONDE FORAM COLETADOS MATERIAIS LÍTICOS ASSOCIADOS A OSSOS DA MEGAFUNA. DISTRITO DE CONCEIÇÃO DAS CREOULAS, SALGUEIRO-PE.



FIGURA 6.5.10-5 – ÚMERO DE PREGUIÇA GIGANTE (MEGAFUNA) PROVENIENTE DA REGIÃO DE CONCEIÇÃO DAS CREOULAS, SALGUEIRO-PE.



FIGURA 6.5.10-6 – MANDÍBULA DE PREGUIÇA GIGANTE (MEGAFAUNA) PROVENIENTE DA REGIÃO DE CONCEIÇÃO DAS CREOULAS, SALGUEIRO-PE.



FIGURA 6.5.10-7 – LÂMINA DE MACHADO DA REGIÃO DE CONCEIÇÃO DAS CREOULAS, SALGUEIRO-PE.



Ainda em Pernambuco, o município de Arcoverde dá o nome a um Enclave Arqueológico⁵ e se constitui no epicentro da Microrregião de Arcoverde, onde foram cadastrados por Alice Aguiar e Gabriela Martin cerca de 100 sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. Além de Arcoverde, outro município que faz parte da área de pesquisa arqueológica e que está incluído na região abrangida pelo Projeto de Integração (AII) é Campina Grande, na Paraíba. Em Brejinho-PE, as pesquisadoras registraram sítios pertencentes à Tradição⁶ Agreste de pinturas rupestres e MARTIN (1997), ao caracterizar os sítios representantes desta região, destaca os matacões de granito com pinturas e os abrigos em áreas de várzea ou de piemonte, com olhos d'água nas proximidades.

Em um âmbito mais restrito em termos espaciais, a região do município de Araripina-PE, foi objeto de pesquisas sistemáticas pelos arqueólogos da UFPE. Neste município, Marcos Albuquerque e sua equipe estudaram sítios cerâmicos de grandes dimensões localizados nas encostas da Chapada do Araripe, que foram caracterizados como aldeamentos tupiguarani. As pesquisadoras Ana Nascimento e Suely Luna deram prosseguimento aos trabalhos e definiram a ocorrência de aldeias na área, além de analisar e classificar os tipos de vasilhames cerâmicos existentes.

O Estado do Ceará apresenta algumas referências arqueológicas abrangentes, porém como os estudos desenvolvidos pela JAAKKO PÖYRY, em 1996, para o EIA do Gasoduto Guamaré, além da referência que é a ONG Instituto Cearense de Ciências Naturais, em Fortaleza – CE, a maior parte das informações reunidas resultam das entrevistas realizadas no levantamento de campo. A maior parte dos entrevistados se referiu a locais onde teriam ouvido falar da existência de pinturas rupestres ou onde teriam sido encontrados outros vestígios, como lâminas de machado líticas ou vasilhames cerâmicos.

Conforme descrito no artigo de autoria de VIANA & LUNA (2002), nos estudos realizados pelos núcleos de pesquisas ligados à Universidade Estadual do Ceará (Núcleo de Estudos de Etnologia e Arqueologia, NEEA, e Núcleo de História e Arqueologia do Sertão Central, NHASC), novos sítios puderam ser encontrados, destacando-se aqui os que fazem parte da AII. Dos resultados produzidos na fase

5 Enclave Arqueológico - um espaço menor do desenvolvimento de uma pesquisa arqueológica sistemática na qual ainda não foram fixados os limites culturais. (...) podem também ser considerados como indicadores prévios de uma área arqueológica, onde a frequência de sítios arqueológicos com horizonte cultural semelhante indica que, com a continuidade das pesquisas, será possível a delimitação da área.

6 Para o domínio da Arte Rupestre, onde as datações (e portanto o estabelecimento de cronologias) é de difícil determinação, a definição oferecida por Gabriela Martin para o termo tradição é mais apropriada: "o termo é utilizado para definir formas culturais de ampla dispersão geográfica. Mais concretamente, as tradições estão definidas pelos tipos de grafismos representados e pela proporção relativa que esses tipos guardam entre si. As sub-tradições obedecem a diferenças de representações gráficas em distintas unidades geográficas" (Martin, 1991:88)

mais recentes das pesquisas arqueológicas os autores referem-se ao achado de sítios com pinturas e gravuras em Quixadá e Quixeramobim, sendo que neste último também material lítico lascado foi encontrado. No Vale do Jaguaribe, nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte junto ao lítico e à pintura rupestre materiais cerâmicos também foram indicados, enquanto que no sertão do Inhamuns, municípios de Tauá e Parambu, pinturas das tradições Agreste e Nordeste foram identificadas. Finalmente, no Cariri, em Juazeiro do Norte, Crato e Nova Olinda outros sítios destas tradições foram relatados, havendo também a referência aos achados de lítico lascado, cerâmica e malacológico no litoral, em território de Aquiraz e Fortaleza.

Além destas referências, alguns materiais foram encontrados em museus ou casas de cultura dos municípios visitados. No museu de Crato estão expostas as peças oriundas de uma escavação realizada na praça onde este se localiza, tratando-se de uma urna funerária (ou igaçaba, como denominada regionalmente) e várias lâminas de machado (Figura 6.5.10-8). Ainda neste município, o estudioso Alemberg Quindins fundador de uma ONG em Nova Olinda - a Casa Grande - reuniu na sede da mesma, materiais arqueológicos da região (lâminas de machado e reproduções de pinturas rupestres, além de peças do período histórico). Ele também indicou a existência de sítios rupestres em Campos Sales, Crato, Mauriti, Nova Olinda e em Santana do Cariri. Entre Crato e Juazeiro do Norte e Assaré e Campos Sales, os vestígios seriam cerâmicas e lâminas de machado.

FIGURA 6.5.10-8 – LÂMINA DE MACHADO DA REGIÃO DE CRATO-CE.



Na visita ao museu do DNPM, em Crato, seu responsável, o Geólogo Artur Andrade, se referiu à presença de pinturas rupestres em um local chamado Pedra do Letreiro, município de Mauriti, além de pinturas rupestres em Campos Sales e Nova Olinda. Ele também alertou sobre a importância da região em relação aos fósseis, encontrados na Chapada do Araripe (Figuras 6.5.10-9 e 6.5.10-10), e aos vestígios do Vale dos Dinossauros em Sousa-PB (Figuras 6.5.10-11 e 6.5.10-12).

FIGURA 6.5.10-9 – FÓSSEIS DE PEIXES DA CHAPADA DO ARARIPE. MUSEU DE PALEONTOLOGIA DE SANTANA DO CARIRI-CE.



FIGURA 6.5.10-10 – FÓSSEIS DE VEGETAIS DA CHAPADA DO ARARIPE. MUSEU DE PALEONTOLOGIA DE SANTANA DO CARIRI-CE.



FIGURA 6.5.10-11 – PEGADAS DE DINOSSAUROS. VALE DOS DINOSSAUROS, SOUSA-PB.



FIGURA 6.5.10-12 – INFRA-ESTRUTURA DE VISITAÇÃO EM CONSTRUÇÃO. VALE DOS DINOSSAUROS, SOUSA-PB.



Outro informante foi o Engenheiro Agrônomo Joaquim de Castro Feitosa, diretor da Fundação Bernardo Feitosa, que relatou a ocorrência de pontas líticas e a existência de depósitos com ossos de fauna pleistocênica no município de Tauá, acrescentando informações aos dados existentes sobre as pinturas supracitadas.

No município de Jaguaribara obteve-se a informação de que ossos de grandes animais (provavelmente de megafauna pleistocênica) foram encontrados nas escavações do Açude do Castanhão.

Na Paraíba, o conhecimento arqueológico da região se diferencia bastante do encontrado no Ceará, principalmente pelo levantamento realizado pela equipe da Fundação Casa de José Américo, sob a coordenação da Dra. Ivanice Frazão e outros arqueólogos, como o professor da UFPB - campus de Cajazeiras - Eugenio Pacceli Gurgel da Rocha. Este último e o Geógrafo Marcelo Brandão, professor na mesma Universidade, deram início ao levantamento dos sítios arqueológicos da Bacia do Peixe, relacionando-os com a região do Seridó-RN. Já foram identificados sítios arqueológicos em Sousa (Figura 6.5.10-13), Vieirópolis, São Francisco e Triunfo, sendo que pelos menos dois sítios são de Itaquiarias (GURGEL, 1998).

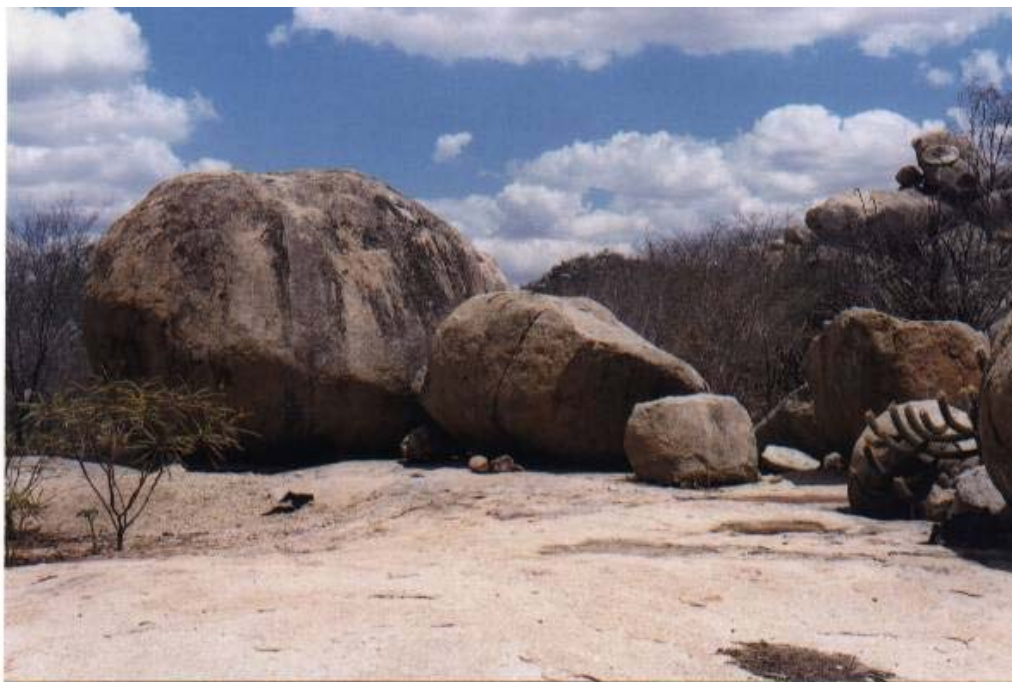
FIGURA 6.5.10-13 – GRAVURAS RUPESTRES (ITACOATIAS) DO SÍTIO LAGOA DOS ESTRELAS, SOUSA-PB.



Nas pesquisas realizadas pela Fundação Casa de José Américo, o mapeamento do Estado apontou um número significativo de sítios, especialmente os de arte rupestre. Levantamentos mais detalhados no Cariri da Paraíba (Figuras 6.5.10-14 a 6.5.10-16) e no vale do Sabugi revelaram o potencial arqueológico regional, com a ampla abrangência da ocupação pré-histórica. O grande número de sítios rupestres identificados a cada pesquisa que se realiza por vezes se associa a ocupações de maior permanência, com o achado de artefatos e também sepultamentos humanos.

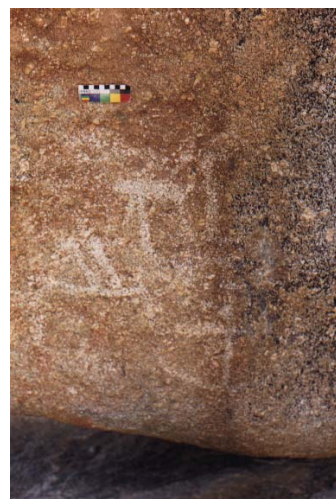
A situação dos sítios rupestres é um fator de alta relevância no caso da área de integração do São Francisco, pois boa parte das gravuras se encontra associada a cursos d'água, encontrando-se no leito dos mesmos ou em margens inundáveis no período de chuvas. Reunidas sob a denominação de Tradição Itaquiarias ou Itacoatiaras essas inscrições gravadas nas rochas revelam uma manifestação simbólica amplamente distribuída no Nordeste Setentrional e usualmente encontram-se isoladas (sem associação a depósitos arqueológicos) e subsistindo como fontes singulares para a interpretação dos povos que as produziram.

FIGURA 6.5.10-14 – VISTA GERAL DO SÍTIO SÍTIO LAGOA DOS MUDOS I, CABACEIRAS – PB.



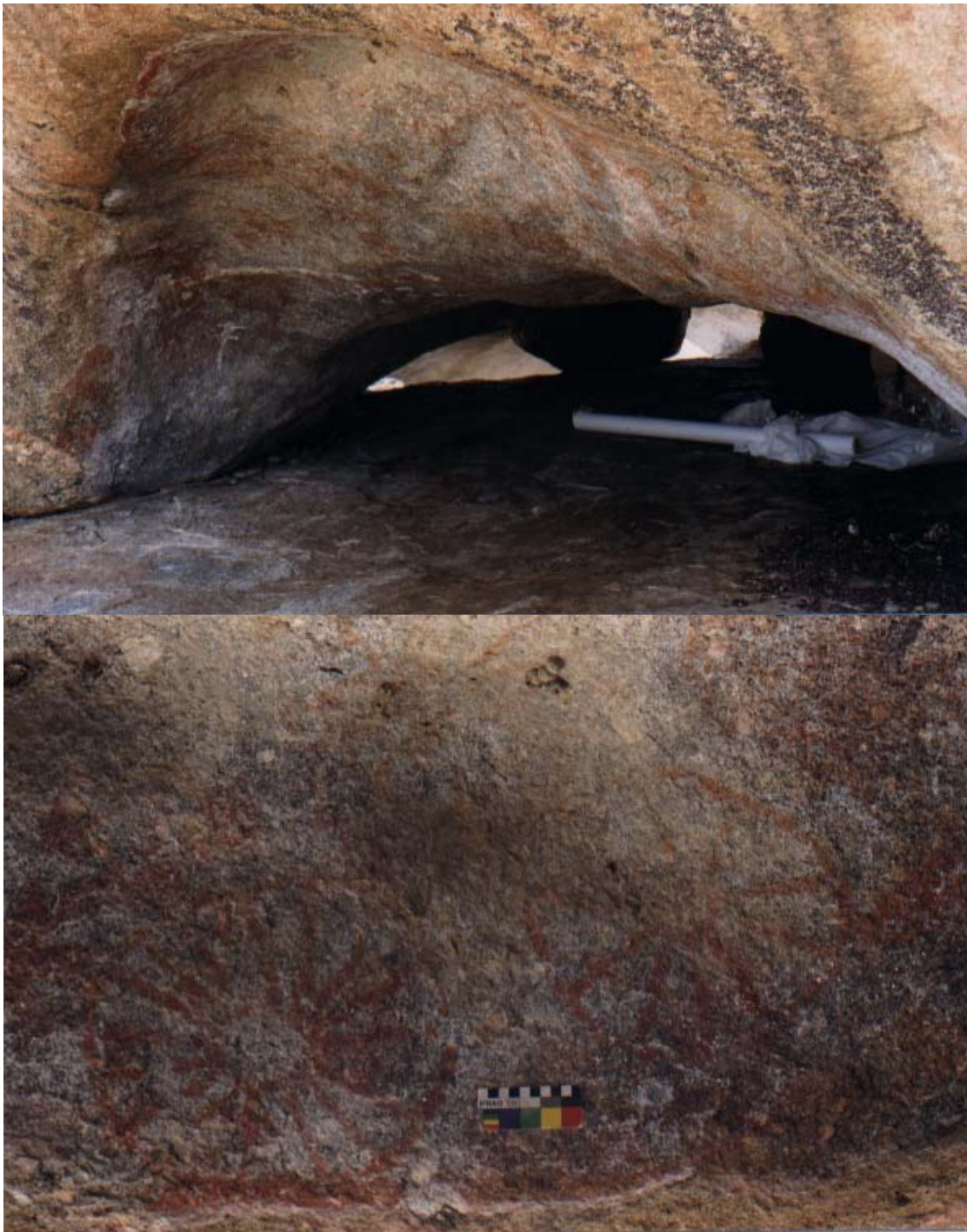
Fonte: Relatório do Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba realizado pela Fundação Casa de José Américo, João Pessoa-PB, 1999.

FIGURA 6.5.10-15 – SÍTIO CAIÇARA 1, CABACEIRAS – PB.



Fonte: Relatório do Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba realizado pela Fundação Casa de José Américo, João Pessoa-PB, 1999.

FIGURA 6.5.10-16 – VISTA GERAL E DETALHE, PAINEL EXTERNO DO MATAÇÃO 1. SÍTIO MANOEL DE SOUZA, CABACEIRAS –PB.



Fonte: Relatório do *Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba* realizado pela Fundação Casa de José Américo, João Pessoa-PB, 1999.

Destaca-se no Estado o Sítio Pedra do Ingá, no município de Ingá, certamente o mais conhecido da Tradição Itaquiariaras e um exemplo singular deste tipo de arte rupestre (Figuras 6.5.10-17, 6.5.10-18 e 6.5.10-19). O sítio, que é tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, localiza-se próximo à sede municipal (cerca de 6 km), às margens do Riacho Ingá do Bacamarte, e possui uma infra-estrutura de visitação, inclusive fazendo parte de diversos roteiros turísticos.

FIGURA 6.5.10-17 – GRAVURAS RUPESTRES. TRADIÇÃO ITAQUATIARA PEDRA DO INGÁ DO BACAMARTE, INGÁ-PB.



Fonte: MARTIN, 1999: 301.

FIGURA 6.5.10-18 – GRAVURAS RUPESTRES (ITAQUATIARAS) DA PEDRA DO INGÁ, INGÁ-PB.

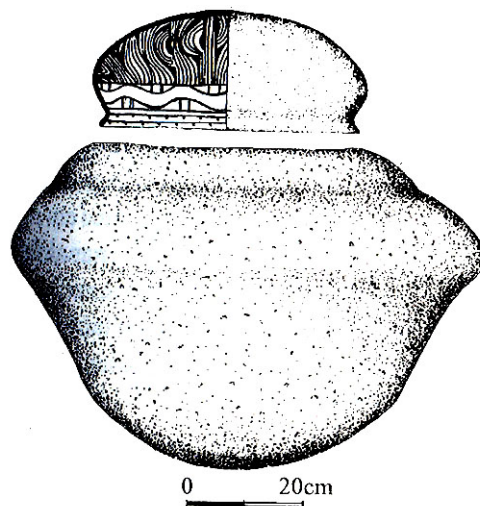


**FIGURA 6.5.10-19 – GRAVURAS RUPESTRES (ITAQUATIARAS) DA PEDRA DO INGÁ, INGÁ-PB.
DETALHE.**



Em relação aos artefatos encontrados na Paraíba, poucos sítios foram pesquisados até o momento. Quanto ao material cerâmico, Gabriela Martin se refere à presença de vasilhames Tupiguarani no município de Monteiro-PB, o que coincide com as informações obtidas nas entrevistas de campo (Figura 6.5.10-20). No museu Histórico e Geográfico de Campina Grande foram fotografadas lâminas de machado provenientes do município de Boa Vista (figura 6.5.10-21). Tais artefatos se associam a populações horticultoras, indicando outras formas de apropriação do ambiente e diferentes organizações sócio-espaciais.

**FIGURA 6.5.10-20 – CERÂMICA DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI, SUB-TRADIÇÃO PINTADA
URNA FUNERÁRIA. PICO DO JABRE, MONTEIRO-PB**



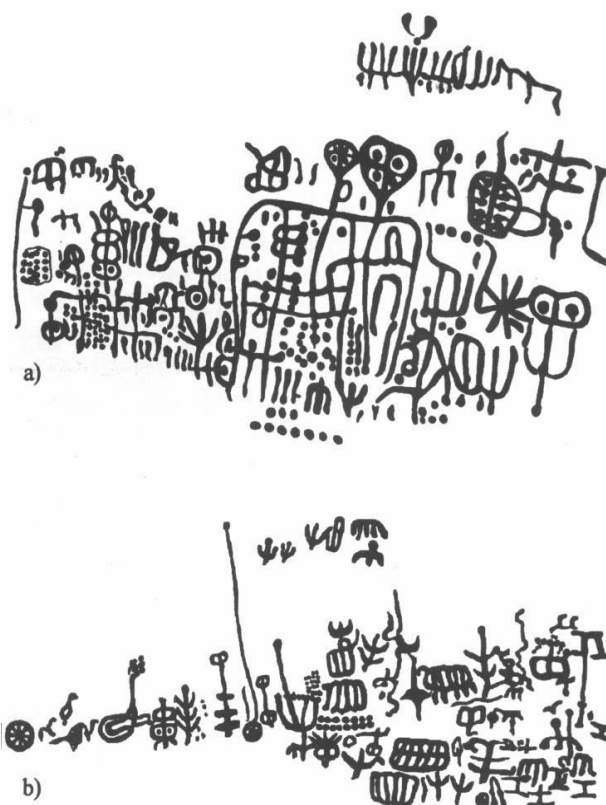
Fonte: MARTIN, 1997: 197.

FIGURA 6.5.10-21 – LÂMINAS DE MACHADO DA CIDADE DE BOA VISTA, PB. EXPOSIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPINA GRANDE-PB.



No Estado do Rio Grande do Norte (e incluindo alguns municípios da Paraíba: Picuí e Pedra Lavrada), a Profa. Gabriela Martin vem desenvolvendo pesquisas que proporcionaram a definição da Área Arqueológica do Seridó, onde foram encontrados diversos sítios rupestres. Em Carnaúba dos Dantas já foram localizados 15 sítios e registram-se gravuras rupestres (da Tradição Itacoatiras ou Itaquatiras) ao longo dos rios da Bacia do Piranhas-Açu (Figuras 6.5.10-22 e 6.5.10-23). Sítios com restos esqueléticos humanos, por vezes com acompanhamento funerário (como conchas e colares) também são relacionados, além de pontas líticas (de flecha e de lança - Figura 6.5.10-24) e lâminas de machado (Figura 6.5.10-25). As pinturas rupestres apontam para a ocorrência das Tradições Nordeste - localmente denominada Sub-Tradição Seridó (Figura 6.5.10-26) - e Agreste (Figura 6.5.10-27).

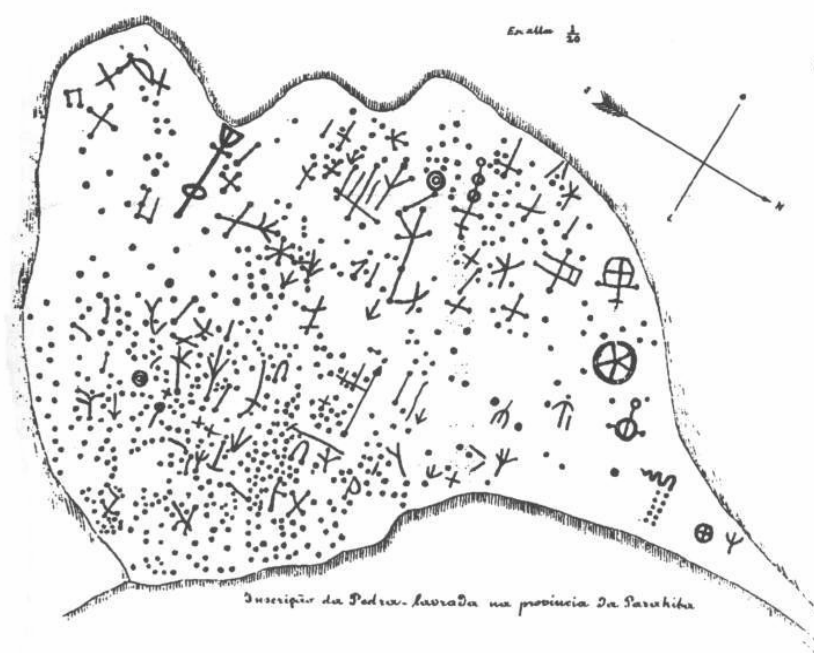
FIGURA 6.5.10-22 – GRAVURAS RUPESTRES - TRADIÇÃO ITAQUATIARAS



Obs: a: Sítio Boa Vista, riacho do Letreiro, Parelhas-RN;
b: Gruta funda, riacho Olho d'Água, Acari-RN.

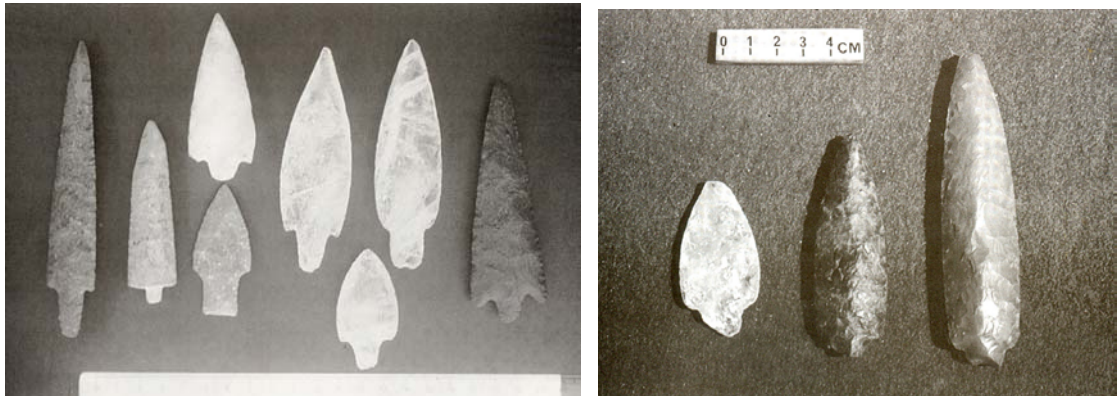
FONTE: MARTIN, 1997:302.

FIGURA 6.5.10-23 – GRAVURAS RUPESTRES - TRADIÇÃO ITACOATIARAS - "PEDRA DA
RETUMBA", JARDIM DO SERIDÓ-RN (HOJE ESTÃO SOB AS ÁGUAS DE UMA REPRESA DO RIO
SERIDÓ).



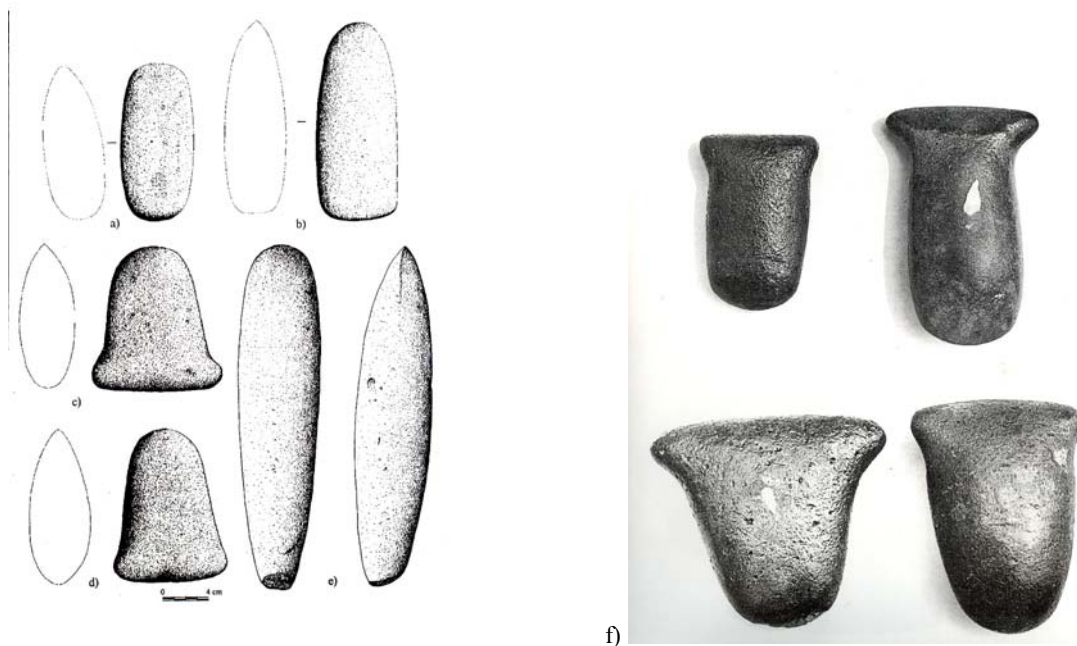
Fonte: MATIN, 1997: 299.

FIGURA 6.5.10-24 – PONTAS DE FLECHA E DE LANÇA. REGIÃO DO SERIDÓ-RN.



Fonte: MARTIN, 1999: 417.

FIGURA 6.5.10-25 – LÂMINAS DE MACHADO. A-D: CARNAÚBA DOS DANTAS-RN; E: TAPEROÁ-PB; F) MUSEU DE MOSSORÓ-RN.



Fonte: MARTIN, 1999: 182 e 419.

FIGURA 6.5.10-26 – PINTURAS RUPESTRES. TRADIÇÃO NORDESTE. SÍTIO MIRADOR, PARELHAS, E XIQUE-XIQUE IV, CARNAÚBA DOS DANTAS-RN.



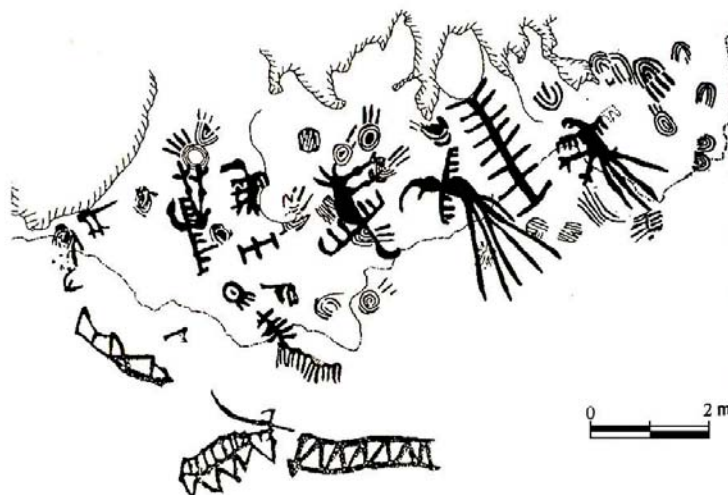
Fonte: MARTIN, 1999: 434 e 436.

FIGURA 6.5.10-27 – PINTURAS RUPESTRES. TRADIÇÃO NORDESTE. CARNAÚBA DOS DANTAS-RN.



Fonte: MARTIN, 199: 435, 436.

FIGURA 6.5.10-28 – PINTURAS RUPESTRES. TRADIÇÃO AGRESTE, SUB-TRADIÇÃO APODI. LAJEDO DA SOLEDADE, APODI-RN.



Fonte: MARTIN, 1997: 288.

Pontas líticas foram encontradas em terraços fluviais e em abrigos, particularmente na Região do Apodi e na Bacia do Piranhas-Açu, incluídas na Tradição Potiguar (LAROCHE, 1987, 1987a). O Prof. Tom Miller, da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), realizou levantamentos na região do Baixo Açu e localizou vestígios líticos em antigos terraços fluviais.

O Museu Câmara Cascudo e o Laboratório de Arqueologia da UFRN, por sua vez, reúnem rico acervo arqueológico (Figuras 6.5.10-29 e 6.5.10.-30) e paleontológico e dentre os diversos projetos já realizados as evidências arqueológicas identificadas registram inúmeros sítios no interior, muitos associados às cacimbas, além de diversos sítios com arte rupestre. Na pesquisa junto à Superintendência do IPHAN em Natal e através da entrevista com o Prof. Luiz Dutra, do Museu Câmara Cascudo, foi obtida uma lista de sítios arqueológicos cadastrados, que comprova o alto potencial do interior do Estado em termos de Arqueologia.

FIGURA 6.5.10-29 – VASILHAMES CERÂMICOS ENCONTRADOS DO RIO GRANDE DO NORTE. EXPOSIÇÃO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO, NATAL-RN.



**FIGURA 6.5.10-30 – VASILHAMES CERÂMICOS ENCONTRADOS DO RIO GRANDE DO NORTE.
EXPOSIÇÃO DO MUSEU CÂMARA CASCUO, NATAL-RN.**



No caso da região abrangida pelo Projeto de Integração, o que se depreende é uma rica variedade de sítios já encontrados, ainda que estejam restritos a regiões que foram mais bem estudadas. Mesmo assim, esse conjunto oferece uma base para uma avaliação de sua importância, trazendo à luz do conhecimento atual as inúmeras possibilidades que as pesquisas futuras podem proporcionar, se realizadas de maneira sistemática.

O que se constata na realidade atual é que à medida que as pesquisas avançam vai se tornando mais claro o papel que as populações pretéritas detiveram na estruturação sócio-cultural da região onde se implantará o Projeto de Integração e suas particularidades em termos de resistência e adaptabilidade às mudanças climáticas que se sucederam nos últimos milênios. Essas características, por sua vez, foram repassadas e filtradas pelas inúmeras gerações dos povos que ali viveram e souberam estabelecer meios reguladores para garantir sua sobrevivência e deixaram marcas da sua presença, ricas em representatividade de sua cultura e de inegável beleza.

Essa percepção do ambiente e seu grau de adaptabilidade ao clima do sertão, certamente geraram experiências, que foram repassadas para todas as gerações subseqüentes, sendo estas as que travaram o contato com o colonizador.

Nesse contato, as difíceis condições de sobrevivência favoreceram o aproveitamento da experiência indígena nas formas de ocupação e assentamento das populações européias. Os caminhos utilizados pelos indígenas foram bastante utilizados para a penetração do gado, sendo que seus conhecimentos da natureza, estratégias de caça e de sobrevivência na caatinga foram aspectos assimilados pelos portugueses responsáveis pela conquista das terras (principalmente os bandeirantes). A localização dessas rotas contribui para a compreender o movimento de ocupação e constitui uma forma de recuperar o próprio processo de modificação da paisagem no decorrer da colonização do território.

Os missionários, importantes agentes no processo de dominação dos índios, formaram núcleos de povoamento do território e esses locais são valiosos para o estudo do contato entre o europeu e o indígena, reunindo os traços culturais assimilados e transformados em novas formas de sociedade que constituíam uma faceta da realidade colonial. Missões religiosas como a de Miranda, na região de Crato, a dos Cariris Novos - que deu origem à cidade de Missão Velha - (ambas no Ceará) e a da Ilha de Assunção, no município de Cabrobó-PE, são exemplos significativos do potencial deste tipo de ocupação histórica.

Aldeamentos indígenas são apontados como pontos de partida para a criação de diversos municípios, como o de Crato-CE (onde a Praça da Sé confirmou a ocorrência deste tipo de sítio arqueológico de contato) e os de Jucás-CE, Iguatu-CE, Tacaratu-PE, Campina Grande-PB, Piancó-PB e Pombal-PB, além de Açu, Pau dos Ferros, Jucurutu e Santana do Matos no Rio Grande do Norte.

A formação da sociedade envolvia outro elemento subordinado, o africano, que igualmente contribuiu para a formação da sociedade atual. Os movimentos de resistência, basicamente caracterizados pelos quilombos, constituem uma tentativa de manutenção da identidade deste grupo e traduzem outro aspecto necessário para a compreensão de nossa história.

Na região do Projeto de Integração, a contribuição dos escravos africanos em áreas de produção açucareira e, principalmente, nas de algodão e de criação de gado, ainda demanda melhor estudo, mas sabe-se que os escravos foram elementos importantes no processo de formação de alguns municípios - como Pilar, Alagoa Grande, São João do Cariri, Piancó e Pombal, na Paraíba. No Rio Grande do Norte, destacam-se os municípios de Pau dos Ferros e, especialmente, Portalegre, que guardam histórias sobre os escravos que ali formaram uma parcela substancial da sociedade, inclusive subsistindo em Portalegre divisões raciais claramente definidas e que se mantêm hoje, ainda que em menor intensidade. O curioso neste fato é a crença, por parte dos entrevistados professores desta região potiguar e estudiosos da história local, de que os Pegas⁷ seriam oriundos dos escravos negros, enquanto os dados antropológicos claramente apontam para sua condição de grupo indígena. Esta questão suscita um aprofundamento que foge, entretanto, às possibilidades deste diagnóstico.

Embora nem sempre atuassem diretamente nas atividades econômicas principais, como a criação de gado (já que sempre havia o perigo de evasão em função da liberdade que tinham neste trabalho), os escravos de origem africana foram utilizados nos serviços que sustentavam esta atividade, como a construção de muros e cercas, estradas, cacimbas e no serviço doméstico. Conforme foi visto anteriormente no item 6.5.9, apesar de ainda precariamente estudada a presença de comunidades remanescentes de quilombolas (termo que designa os ocupantes dos antigos quilombos) é identificada em municípios da região do projeto.

Em relação à atividade econômica da pecuária, que impulsionou o povoamento do interior nordestino no chamado Ciclo do Gado, poucas fazendas mantêm a conformação original. Valiosa exceção é a Fazenda de Acauã, em Aparecida-PB, tombada pelo IPHAN, que guarda os traços arquitetônicos do século XVIII, reunindo um conjunto - formado por residência, capela e área de produção - que é altamente significativo para o estudo arqueológico (Figuras 6.5.10-31 a 6.5.10-36). Vestígios de louça e restos alimentares estão fartamente distribuídos à superfície, demonstrando que a perturbação ainda não foi suficiente para a destruição do local (Figura 6.5.10-37). Uma equipe multidisciplinar da Fundação Casa de José Américo, sediada em João Pessoa, deu início a um projeto de revitalização da área que pretende garantir a sobrevivência deste patrimônio histórico de representatividade regional.

7 Grupo social da região de Portalegre-RN conhecido pela identidade cultural.

FIGURA 6.5.10-31 – CAPELA E SEDE DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



FIGURA 6.5.10-32 – VISTA GERAL DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



**FIGURA 6.5.10-33 – DETALHE DA TORRE DA CAPELA DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII.
APARECIDA-PB.**



FIGURA 6.5.10-34 – INTERIOR DA CAPELA DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



FIGURA 6.5.10-35 – DETALHE DO TETO DA CAPELA DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



FIGURA 6.5.10-36 – PRENSA ENCONTRADA NO INTERIOR DE UM GALPÃO DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



FIGURA 6.5.10-37 – VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS ENCONTRADOS À SUPERFÍCIE DA ÁREA DE SERVIÇO DA FAZENDA ACAUÃ, SÉCULO XVIII. APARECIDA-PB.



A importância da atividade pecuária assim como de outras, a produção canavieira e do algodão pode ser observados no cotidiano representado nos museus e casas de cultura visitados, destacando-se o do Museu Câmara Cascudo em Natal-RN (Figuras 6.5.10-38 e 6.5.10-39), o Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande-PB (figuras 6.5.10-40 e 6.5.10-41), a Casa da Memória, em Jaguaribara-CE (figura 6.5.10-42) e a Casa Grande, em Nova Olinda (figura 6.5.10-43).

FIGURA 6.5.10-38 – PEÇAS DE MARCAR O GADO. MUSEU CÂMARA CASCUDO, NATAL-RN.

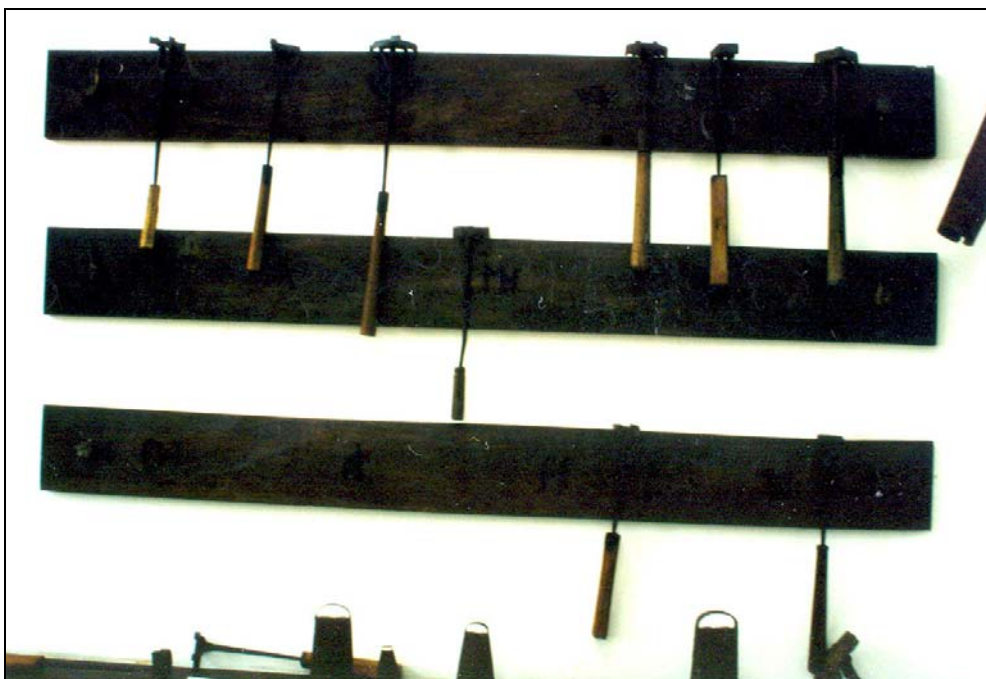


FIGURA 6.5.10-39 – ESTRUTURA DE ENGENHO EM MADEIRA. MUSEU CÂMARA CASCUDO, NATAL-RN.

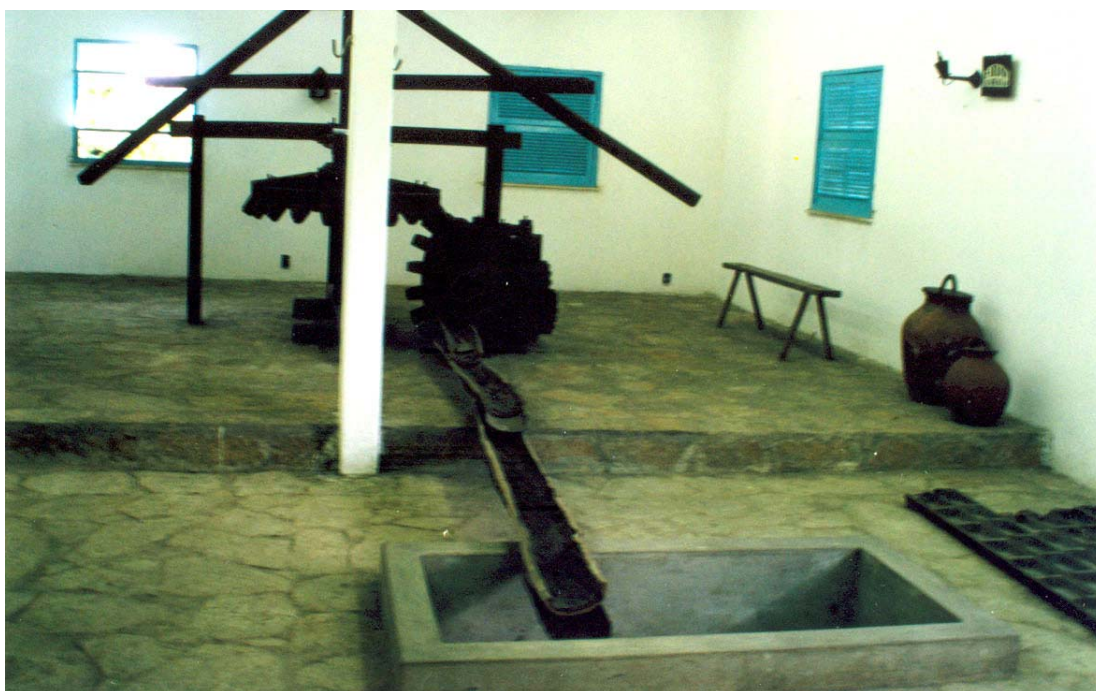


FIGURA 6.5.10-40 – PEÇAS RELACIONADAS À ATIVIDADE PECUÁRIA. MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, CAMPINA GRANDE-PB.



FIGURA 6.5.10-41 – ROCA. CICLO DO ALGODÃO. MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, CAMPINA GRANDE-PB.



FIGURA 6.5.10-42 – UTENSÍLIOS DO COTIDIANO: PANELA, PILÃO E ROCA. CASA DA MEMÓRIA, JAGUARIBARA-CE.



FIGURA 6.5.10-43 – VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DO PERÍODO HISTÓRICO. CASA GRANDE EM NOVA OLINDA-CE.



Nas sedes municipais, muitas construções sofreram modificações, mas ainda são encontradas algumas igrejas, estações ferroviárias e prédios de prefeituras (as antigas "intendências"), entre outros elementos que demonstram as características arquitetônicas presentes no interior brasileiro (figuras 6.5.10-44 a 6.5.10-64). O município de Icó-CE, que alcançou grande importância por ter se desenvolvido onde passava um dos mais importantes caminhos de ligação do litoral com o interior nordestino, tornou-se um destacado centro comercial e reuniu uma sociedade próspera, a qual deixou suas marcas em sobrados e demais elementos do conjunto urbano do município, caracterizados pela beleza e riqueza de detalhes do traçado arquitetônico do século XVIII. Estas construções estão em processo de tombamento pelo IPHAN, valorizando não só os elementos isolados, mas todo o conjunto, incluído o entorno, de acordo com a prática mais recente de contextualização dos bens históricos (figuras 6.5.10-65 a 6.5.10-68).

FIGURA 6.5.10-44 – FAZENDA ANTIGA. MUNICÍPIO DE JARDIM-CE.



FIGURA 6.5.10-45 – FAZENDA DO INÍCIO DO SÉCULO. FAMÍLIA SAMPAIO. JARDIM-CE.



FIGURA 6.5.10-46 – ENGENHO DE FERRO. FAZENDA DA FAMÍLIA SAMPAIO. JARDIM-CE.



FIGURA 6.5.10-47 – FAZENDA PRODUTORA DE AÇÚCAR. FAMÍLIA MAIA. CATOLÉ DO ROCHA-PB.



FIGURA 6.5.10-48 – ENGENHO DE FERRO. FAZENDA DA FAMÍLIA MAIA. CATOLÉ DO ROCHA-PB.



FIGURA 6.5.10-49 – PEÇAS DO ANTIGO ENGENHO REUTILIZADAS. FAZENDA DA FAMÍLIA MAIA. CATOLÉ DO ROCHA-PB.



FIGURA 6.5.10-50 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA APROVEITADA PARA A INSTALAÇÃO DE MUSEU. PAU DOS FERROS-RN.



FIGURA 6.5.10-51 – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COM A COLABORAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E ÓRGÃOS PÚBLICOS. CASA DA MEMÓRIA, JAGUARIBARA-CE.



FIGURA 6.5.10-52 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA APROVEITADA PARA A INSTALAÇÃO DE MUSEU. SALGUEIRO-PE.



FIGURA 6.5.10-53 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. IGREJA DE BARBALHA-CE.



FIGURA 6.5.10-54 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. IGREJA DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS-PB.



FIGURA 6.5.10-55 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. IGREJA DE SALGUEIRO-PE.



FIGURA 6.5.10-56 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. JARDIM-CE.



FIGURA 6.5.10-57 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. PORTALEGRE-RN.



FIGURA 6.5.10-58 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. PAU DOS FERROS-RN.



FIGURA 6.5.10-59 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. PAU DOS FERROS-RN.



FIGURA 6.5.10-60 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. PREFEITURA DE JAGUARIBE-CE.



FIGURA 6.5.10-61 – ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA. CAJAZEIRAS-PB.



FIGURA 6.5.10-62 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA. CAJAZEIRAS-PB.



FIGURA 6.5.10-63 – RESIDÊNCIA MAIS ANTIGA DE SALGUEIRO-PE.



**FIGURA 6.5.10-64 – CEMITÉRIO DO CÓLERA, ONDE TERIAM SIDO ENTERRADOS ESCRAVOS.
JAGUARIBARA-CE.**



FIGURA 6.5.10-65 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO. SOBRADOS EM ICÓ-CE.



FIGURA 6.5.10-66 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO. SOBRADOS EM ICÓ-CE.



FIGURA 6.5.10-67 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO. SOBRADOS EM ICÓ-CE.



FIGURA 6.5.10-68 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO. SOBRADOS EM ICÓ-CE.



6.5.10.4 POTENCIAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Conforme anteriormente mencionado, o estudo apresentado no presente item teve como objetivo da caracterização de uma amostra da realidade da área abrangida pelo Projeto de Integração, de modo a circunscrever os riscos potenciais a que estão sujeitos os bens histórico-culturais regionais. Pode-se avaliar que estes objetivos foram atendidos, já que os dados coletados de fato indicaram os principais aspectos relativos ao tema na área do projeto, tanto os associados à pré-história quanto ao período histórico.

Em relação ao projeto e seu impacto potencial sobre os vestígios arqueológicos, a avaliação compreendeu principalmente aqueles sítios localizados em municípios que se encontram nas proximidades dos cursos d'água relacionados ao Projeto de Integração, assim como os afetados pelas obras de adução e reservação. Secundariamente, investigou-se indícios mencionados nos municípios da AII, com o objetivo de contextualização sócio-cultural e para tornar disponível o máximo de elementos para futuros estudos de impacto ambiental que venham a ser desenvolvidos para projetos que aproveitarão, nas regiões beneficiadas, a oferta hídrica adicional que a integração das águas proporcionará.

Como tentativa de sistematizar as ocorrências arqueológicas identificadas, e sua distribuição nos Estados envolvidos, foi elaborada a Tabela 6.5.10-1 com os municípios onde se obteve alguma informação da existência de sítios arqueológicos, assim como locais de importância histórica e valor arquitetônico, constituindo um panorama bastante geral da área de estudo. Houve dificuldades na elaboração da tabela no que tange à localização precisa dos sítios, tendo sido várias as indicações somente do município nas fontes de referência, sem indicar o tipo de vestígio encontrado. Verificaram-se, ainda, muitas indicações da existência de "Arte Rupestre", sem caracterizar a presença de gravura ou pintura rupestre, de forma que se manteve a classificação mais genérica. O resumo destes dados pode ser observado no Quadro 6.5.10-1.

Além da tabela detalhada de arqueologia, outra foi elaborada com dados relacionados a ocorrências paleontológicas (Tabela 6.5.10-2), importantes testemunhos sobre o paleoambiente e possíveis referências para a existência de ocupações pré-históricas, usualmente de caçadores. Os sítios que comprovadamente relacionam vestígios arqueológicos foram incluídos na tabela de arqueologia.

Pelos resultados obtidos sobre os sítios arqueológicos, observa-se uma predominância de sítios encontrados na Paraíba, Rio Grande do Norte e em Pernambuco, com menor incidência no Ceará, fato explicado por existirem, nos primeiros, equipes de arqueologia atuantes, particularmente em relação à pré-história, e cujos resultados de pesquisas influenciam a desproporção verificada.

Este quadro circunstancial cabe ressaltar, não implica necessariamente em uma menor importância do patrimônio arqueológico no território cearense.

Como se pode observar no Quadro 6.5.10-1, os indicativos arqueológicos para a região apontam para um amplo conjunto de sítios arqueológicos, sendo que grande parte deles é de sítios rupestres, mais facilmente identificáveis pela sua situação na paisagem. Divididos entre pinturas e gravuras, eles podem estar localizados em áreas baixas, em blocos nas margens ou no leito dos rios, situação bastante comum no caso das gravuras (Tradição Itaquiara). Um sítio bastante conhecido de gravuras rupestres é o da Pedra do Ingá, em Ingá-PB, já citado.

Sítios deste tipo, portanto, podem se encontrar em uma situação de risco de impacto em decorrência da condução de vazões em leitos naturais prevista no Projeto de Integração. A preocupação será pertinente sempre que a mudança a ser provocada nas águas dos rios e córregos resultar na alteração do regime atual, mesmo com vazões máximas previstas análogas às que hoje ocorrem no período das cheias. A previsão do que poderá ocorrer com o uso mais intensificado destes sistemas de drenagem, entretanto, só poderá ser feita com estudos mais detalhados, considerando os procedimentos prospectivos e a identificação de vestígios arqueológicos nas margens e/ou leito dos cursos d'água.

Da mesma forma, a situação geográfica em que se encontram os demais sítios potencialmente impactáveis pela implantação de canais e outras estruturas hidráulicas está precariamente definida, o que dificulta a previsão dos riscos envolvidos. Contudo, a natureza linear da obra, que implica no avanço unidirecional da frente de intervenção no ambiente, facilita a programação de trabalhos – que deverão anteceder as atividades construtivas – que deverá estar voltada para a identificação e caracterização dos bens arqueológicos mais representativos, partindo-se daí para a avaliação do salvamento arqueológico caso não seja possível o deslocamento do agente impactante.

Como parte dos estudos deverão ser incorporados os aspectos tradicionais da área de estudo, descrevendo-se a cultura imaterial condizente com as características das comunidades envolvidas na área de influência direta do empreendimento, destacando os elementos que sofrerão interferência em termos de alteração da paisagem e de hábitos culturais representativos, buscando uma discussão sobre os efeitos do projeto sobre as populações dos municípios, com enfoque nas relações sociais e econômicas engendradas e observando suas especificidades e aproximando a análise da realidade estudada. Deverão ser incorporados seus efeitos na percepção dos indivíduos sobre as localidades onde vivem e também as atividades de aproveitamento turístico cultural das áreas relevantes, que estejam em andamento ou onde haja potencialidade local para tanto.

Também, os resultados alcançados terão o papel de sustentação das ações de Educação Patrimonial a serem implementadas, fundamentais para o bom andamento dos trabalhos e que estão em concordância com a legislação pertinente, sobre a proteção do Patrimônio Arqueológico e realização de estudos na área (Lei Federal 3.924/61 e Portarias SPHAN 007/88 E IPHAN 230/02).

Finalmente, é fundamental ressaltar que a ampla abrangência do projeto de integração se revela tanto pela extensão das obras e desdobramentos relativos ao uso das terras, como também está associada a uma grande variedade de ocupações humanas que ali se estabeleceram por milênios e que somente os estudos que envolvam análises paleoambientais e que dêem suporte a avaliações coerentes com a diversidade cultural regional poderão esclarecer o real potencial do Patrimônio Cultural que lhe é pertinente.

QUADRO 6.5.10-1 - RESUMO DAS OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS CONHECIDAS NA REGIÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO

AID / AII	Sítios Históricos					Sítios Pré-Históricos								Total		
	Aldeamento/ Missão Religiosa	Fazenda	Cemitério	Outros	Sub-total	Gravuras rupestres	Pinturas rupestres	Arte rupestre	Cerâmica	Lítico	Cemitério	Outros (sítios com vários elementos)	Não definido		Sub-total	
UP	UF	Municípios da Área de Influência Direta														
A	CE	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
	PB	-	1	-	-	1	2	-	2	-	-	-	-	-	4	5
	PE	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1
B	CE	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
C	RN	1	-	-	-	1	2	1	1	-	2	-	-	2	8	9
D	PE	-	-	-	-	-	-	1	-	4	1	4	1	11	11	
E	PE	-	-	-	-	-	4	4	6	-	2	-	1	-	17	17
F	PE	-	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	2	2	8	8
G	PB	-	-	-	-	-	4	2	3	1	-	-	-	-	10	10
H	PB	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
I	CE	1	-	1	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	RN	3	-	-	-	3	9	3	3	-	-	-	1	44	60	63
	PB	1	-	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	3	7	8
CE		2	-	1	4	7	1	-	-	-	-	-	-	-	1	8
RN		4	-	-	-	4	11	4	4	-	2	-	1	46	68	72
PB		2	1	-	-	3	7	3	6	2	-	-	-	4	22	25
PE		-	-	-	-	-	6	5	8	1	6	1	7	3	37	37
Total da AID		8	1	1	4	14	25	12	18	3	8	1	8	53	128	142
UF	Outros Municípios															
CE	1	-	-	1	2	10	6	2	1	3	-	5	1	28	30	
RN	-	-	-	-	-	28	10	20	2	13	-	3	17	93	93	
PB	2	-	-	1	3	37	44	37	3	2	-	2	6	131	134	
PE	1	-	-	14	15	1	8	14	23	2	-	14	7	69	84	
Total Outros		4	-	-	16	20	78	68	73	29	20	-	24	31	323	343
Total Geral		12	1	1	20	34	103	80	91	32	28	1	32	84	451	485

QUADRO 6.5.10-2 – REFERÊNCIAS SOBRE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
CE	Jaguaribe	Aracati	Litoral de Aracati	-	centro histórico	fontes históricas
CE	Jaguaribe	Assaré	Chapada do Araripe	localidade de Infincado	cacos cerâmica branca e preta	Alenberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Baturité	Baturité	CE-BA-1	gravura rupestre, cerâmica	IPHAN
CE	Jaguaribe	Baturité	Baturité	CE-BA-2	gravuras rupestres à margem esquerda do riacho dos Frios na fazenda Logradouro, parte da fazenda Frios	IPHAN
CE	Jaguaribe	Boa Viagem	Sertão do Quixeramobim	Casa de Pedra	pintura rupestre	IPHAN
CE	Jaguaribe	Boa Viagem	Sertão de Quixeramobim	Pedra Encantada CE-BV-2	pintura rupestre	IPHAN
CE	Jaguaribe	Boa Viagem	Sertão de Quixeramobim	Serrote da Onça CE-BV-3	pintura rupestre, cerâmica	IPHAN
CE	Jaguaribe	Campos Sales	Chapada do Araripe	-	rupestre	Geólogo Artur Andrade, DNPM, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Crato	Cariri	Praça da Sé	aldeamento indígena, peças líticas e cerâmicas, esqueleto	Museu de Crato / Alenberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Crato	Cariri	Santa Fé	rupestre	Alembert Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Crato	Cariri	Fonte da Batateira	pinturas rupestres	Napoleão Tavares Neves, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Crato	Cariri	Missão de Miranda	aldeamento missionário	fontes orais
CE	Jaguaribe	Icó	Iguatu	-	arquitetura séc. XVIII tombado (cidade)	Marconiêr C. Mota, Palácio da Alforria, Icó
CE	Jaguaribe	Iguatu	Iguatu	fachadas da Igreja Matriz de Sant' Ana	histórico (Patrimônio Arquitetônico)	IPHAN
CE	Jaguaribe	Jaguaribara	Médio Jaguaribe	cemitério do cólera	cemitério de escravos	Casa da Memória, Jaguaribara

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
CE	Jaguaribe	Jaguaribe	Médio Jaguaribe	Distrito de Mapúá	vestígios de holandeses (?)	fontes históricas
CE	Jaguaribe	Juazeiro do Norte	Cariri	-	machados líticos	Alemberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Jucás	Várzea Alegre	-	aldeamento índios Quixelô	fontes históricas
CE	Jaguaribe	Mauriti	Barro	Pedra do Letreiro (próx. rio seco)	gravuras rupestres	Alenberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Missão Velha	Cariri	Cariris Novos	aldeamento missionário	fontes orais e históricas
CE	Jaguaribe	Nova Olinda	Cariri	Olho d'Água da nascente em Nova Olinda	rupestre	Geólogo Artur Andrade, DNPM, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Nova Olinda	Cariri	Cajueiros	cacos cerâmica, potes com material lítico	Alemberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Pereiro	Serra do Pereiro	-	estrada feita por escravos	Francisca B. Nogueira, IBGE, Jaguaribe
CE	Jaguaribe	Quixadá	Sertão de Quixeramobim	Oficina Lítica da Pedra Riscada	lítico lascado	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixadá	Sertão de Quixeramobim	Serra dos Macacos CE-QD-1	cerâmica, círculo de pedras	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixadá	Sertão de Quixeramobim	Sítio Aldeamento CE-QD-2	cerâmica, círculo de pedras	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Cachoeira do Nego CE-QD-7	gravuras rupestres em afloramento no riacho Batista, cerâmica	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Canhotinho CE-QB-2	gravuras rupestres	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Jordão CE-QB-9	pinturas rupestres na Serra da Lagoa a 20m do nível da mesma. Nas margens da lagoa há 8 círculos de pedras	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Mocó CE-QB-4	gravuras rupestres	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Pedra do Letreiro CE-QB-1	gravuras rupestres	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Poço da Serra CE-QB-5	gravuras rupestres	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Santa Maria CE-QB-6	gravuras rupestres	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	São José CE-QB-3	gravuras rupestres	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Serrote da Fortuna CE-QB-10	pintura rupestre	IPHAN
CE	Jaguaribe	Quixeramobim	Sertão de Quixeramobim	Serrote da Onça CE-QB-8	pintura rupestre	IPHAN
CE	Jaguaribe	Santana do Cariri	Cariri	-	gravuras rupestres	Alemberg Quindins, Crato, CE
CE	Jaguaribe	Tauá	Sertão de Inhamuns	-	ponta de lança lítica	Joaquim de Castro Feitosa, Tauá, CE
RN	Apodi	Alexandria	Pau dos Ferros	Sítio Fidalgo, Faz. Fidalgo - (RN-MA-08)	pintura e gravura rupestre	IPHAN/ Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Alexandria	Pau dos Ferros	Sítio Santana, Faz. Santana - (RN-MA-07)	pintura e gravura rupestre	IPHAN
PB	Apodi	Antônio Martins	Umarizal	Sítio Ramada, Faz. Ramada (RN-MA-09)	gravura e pintura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	Lajedo da Soledade	pintura e gravura rupestre	IPHAN; Eduardo Bagnoli, 1994
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	RN-AP-7 Soledade	gravura rupestre, paleontológico	IPHAN
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	-	pontas de lança e de flecha líticas	Martin, 1997
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	Góes. A 30km do posto fiscal da BR-405 na beira da Chapada.	machados, mão de pilão.	relatório de atividades Científicas do Museu Câmara Cascudo, 1986, RN.
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	Lage do Meio, a uns 40 Km do posto fiscal.	rupestre	relatório de atividades Científicas do Museu Câmara Cascudo, 1986, RN.
RN	Apodi	Augusto Severo	Médio Oeste	Açude do Morcego	lítico	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Baraúna	Mossoró	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Apodi	Caraúbas	Chapada do Apodi	Sítio Olho D`Água do Milho , Faz. Olho d'Água do Milho - (RN-AP-3)	gravura rupestre	Martin, 1997
RN	Apodi	Caraúbas	Chapada do Apodi	Sítio Pedra Pintada, Pedra Pintada - (RN-AP-4)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Caraúbas	Chapada do Apodi	Sítio Belém, Faz. Belém - (RN-AP-5)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Caraúbas	Chapada do Apodi	Sítio Açude Novo, Faz. Açude Novo - (RN-AP-6)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Itaú	Pau dos Ferros	Poço do Letreiro, Faz. Sobradinho - RN-AP-8	gravura rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN / IPHAN
RN	Apodi	Janduís	Médio Oeste	Faz. Cabeça	lítico	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Janduís	Médio Oeste	Faz. João Lúcio	lítico	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	José da Penha	Pau dos Ferros	-	rupestre	painel da exposição Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Luís Gomes	Serra de São Miguel	Mulungu	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Luís Gomes	Serra de São Miguel	Sítio Gameleira, Faz. Pedra Rajada	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Marcelino Vieira	Pau dos Ferros	Sítio João Brandinho, Faz. João Gomes -(RN-MA-01)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Marcelino Vieira	Pau dos Ferros	Sítio Santo Antônio - (RN-MA-02)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Marcelino Vieira	Pau dos Ferros	Sítio Boa Vista (Riacho do Letreiro), Faz. Boa Vista - (RN-MA-04)	gravura rupestre	IPHAN; Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Marcelino Vieira	Pau dos Ferros	Saquinho, Serra do Saquinho-Piauí, propriedade de Vicente (RN-MA-03)	gravura rupestre	IPHAN; Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Martins	Umarizal	Pedra do Letreiro, Faz. Ramada	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Martins	Umarizal	Sítio Casa de Pedra	rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	Furna do Letreiro, Faz Oiticica - (RN-AP-1)	pintura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-20, Km 99.500	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-21, Km 99.900	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-22, Km 100.500	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-23, Km 103.000	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-24, Km 103.600	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-25, Km 104.350	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-26, Km 111.000	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-27, Km 112.350	lítico	IPHAN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	GASFOR-28, Km 113.285	Cerâmico	IPHAN
RN	Apodi	Patu	Umarizal	Sítio Volta, Faz. Volta	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Patu	Umarizal	Sítio Jatobá, Faz. Jatobá	gravura rupestre	IPHAN
RN	Apodi	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	-	gravuras rupestres	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	-	Aldeamento de índios Panatis	fontes históricas
RN	Apodi	Portalegre	Pau dos Ferros	área do município, zona rural	cerâmica (vasilhames, cachimbos)	Prof. Afrânio, Portalegre, RN
RN	Apodi	Severiano Melo	Pau dos Ferros	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Tenente Ananias	Pau dos Ferros	Sítio São Brás/Faz. São Brás, Faz. São Brás - (RN-MA-06)	gravura rupestre	IPHAN/Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Apodi	Tenente Ananias	Pau dos Ferros	Faz. Poço do Açude/Sítio Poço do Açude, Faz. Pão de Açúcar - (RN-MA-05)	gravura rupestre	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Acari	Seridó Oriental	Gruta Funda, Riacho Olho d'Água	gravuras rupestres (Itaquatiaras)	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Acari	Seridó Oriental	Riacho das Pinturas, Faz. Bico da Arara	Rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Acari	Seridó Oriental	Pedra dos Letreiros, Rio Acuã	gravuras rupestres	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Açu	Vale do Açu	-	aldeamento de índios Janduís	fontes históricas
RN	Piranhas - Açu	Alto do Rodrigues	Vale do Açu	GASFOR - 16	lítico lascado e cerâmica	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Riacho da Volta (5°34'44" S; 36°39'57" W)	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Serrote Branco (5°40'05" S; 36°38'03" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Trapiá (5°43'08" S; 36°38'38" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Pedra Lisa (5°42'53" S; 36°38'50" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Tanque dos Cachorros (5°35'51" S; 36°32'50" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Tanque dos Pereiros	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	(5°34'37" S; 36°30'33" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Pedra das Pinturas	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	(5°35'57" S; 36°31'59" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Jatobá	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	(5°37'07" S; 36°39'09" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Salgadinho I	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	(5°36'09" S; 36°29'18" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	Salgadinho II	-	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Angicos	Angicos	(5°36'42" S; 36°29'46" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Bodó	Serra de Santana	Tanque do Anil (5°57'14" S; 36°27'38" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Bodó	Serra de Santana	Tanque Velho (5°56'59" S; 36°17'12" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Caicó	Seridó Ocidental	Sítio Serra da Cruz, Serra da Caridade (RN-SE-15)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Caicó	Seridó Ocidental	Sítio Serra dos Curumins, Serra dos Curumins (RN-SE-19)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Caicó	Seridó Ocidental	Sítio Carrapateira, Serra Carrapateira (RN-SE-25)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Pedra do Alexandre, a 50m do leito do Rio Carnaúba, (06° 32' 39" S; 36° 31' 49" W)	pinturas rupestres, cerâmica, restos esqueléticos humanos	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Furna dos Caboclos	lajedo com arte rupestre	Martin, 1997; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Casa Santa, riacho do Bojo, (06° 31' 11" S; 36° 32' 58" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Abrigo Xique-Xique I, Serrote do Urubu, (06° 33' 08" S; 36° 33' 21" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Abrigo Xique-Xique II, Serrote do Urubu, (06° 33' 00" S; 36° 33' 34" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Talhado do Gavião, a 100m do riacho Lajedo, (06° 35' 59" S; 36° 32' 59" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Serrote do Reinado (06° 34' 31" S; 36° 33' 19" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Serrote das Areias (06° 34' 29" S; 36° 33' 54" W)	pinturas rupestres	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Curva do Rio (06° 32' 36" S; 36° 32' 16" W)	Rupestre	Martin, 1997; Goldmeier, 1989; IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	Gruta do Criminoso, Serrote do Urubu	pinturas rupestres	Martin, 1997; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Carnaúba Dantas dos	Seridó Oriental	-	pontas líticas	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Cruzeta	Seridó Oriental	Pedra dos Letreiros	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Currais Novos	Seridó Oriental	Pedra da Baixinha, Lagoa dos Santos	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Currais Novos	Seridó Oriental	Pedra da Lapa	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Equador	Seridó Oriental	Letreiro RN-SE-3	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Fernando Pedroza	Angicos	Tupã I (5°45'11" S; 36°26'41" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Fernando Pedroza	Angicos	Tupã II (5°45'08" S; 36°26'39" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Fernando Pedroza	Angicos	Tupã III (5°45'10" S; 36°26'33" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Fernando Pedroza	Angicos	Serrote Redondo (5°42'59" S; 36°29'45" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Florânia	Serra de Santana	RN-BO-16	-	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Florânia	Serra de Santana	RN-JE-17	-	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Florânia	Serra de Santana	Capim Açu, S. do Capim Açu - (RN-SE-28)	Pintura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Florânia	Serra de Santana	Cajueiro, S. do Cajueiro - (RN-SE-31)	cerâmico/lítico	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Itajá	Vale do Açu	Rio do Meio (5°41'24" S; 36°43'33" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Itajá	Vale do Açu	Oiticica (5°41'23" S; 36°43'31" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Jardim do Seridó	Seridó Oriental	Propriedade dos Cardoso	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Jardim do Seridó	Seridó Oriental	Faz. Juazeiro	gravuras rupestres	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Jardim do Seridó	Seridó Oriental	"Pedra da Retumba", hoje está debaixo d'água devido à represa do Seridó.	gravuras rupestres (Itaquatiaras)	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Jucurutu	Vale do Açu	Sítio Tanques, Serra Acauã - (RN-SE-26)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Jucurutu	Vale do Açu	Sítio Acauã, Serra dos Tanques - (RN-SE-27)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Jucurutu	Vale do Açu	-	Aldeamento Jucurutu	fontes históricas
RN	Piranhas - Açu	Lagoa Nova	Serra de Santana	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Lajes	Angicos	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Parelhas	Seridó Oriental	Mirador de Parelhas S. Queimadas (RN-SE-29)	pinturas rupestres, cerâmica, cemitério, contas de colar de ossos e conchas, restos alimentares	Martin, 1997; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Parelhas	Seridó Oriental	Sítio Boa Vista, Riacho do Letreiro	gravuras rupestres, Itaquatiaras	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Pedro Avelino	Angicos	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Bom Jesus	pintura rupestre, Tradição Agreste	Martin, 1997
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Sítio Rodeador, Faz. Rodeador/Faz. Santa Maria (RN-PI-1)	pintura rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN; IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Caverna ossuária da Serra dos Caboclos, Faz. Rodeador	rupestre, ossos?	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Sítio Serrote dos Caboclos, Faz. Santa Maria (RN-PI-2)	pintura rupestre, cerâmica, cemitério	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Alecrim (5°57'44" S; 36°39'24" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Barra da Onça I (5°49'22" S; 36°39'15" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Barra da Onça II (5°49'27" S; 36°39'05" W)	-	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Barra da Onça III (5°50'19" S; 36°38'18" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Cachoeira (5°57'51" S; 36°32'18" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Conceição I (5° 45' 05" S; 36° 30' 07" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Conceição II (5°45'06" S; 36°30'05" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Cruz (5°57'28" S; 36°37'50" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Cruzeiro I (5°48'04" S; 36°27'57" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Cruzeiro II (5°48'06" S; 36°27'54" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Fazenda da Cachoeira (5°46'23" S; 36°37'42" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Malhada Funda (5°47'28" S; 36°23'53" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Montevideu I (5°45'50" S; 36°35'45" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Montevideu II (5°46'00" S; 36°36'05" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pedra das Impoeiras (5°50'27" S; 36°25'24" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pedra do Chico Bruto (5°55'53" S; 36°37'06" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Ped. Garibaldi (5°51'58" S; 36°27'44" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pedra Redonda (5°49'13" S; 36°24'23" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pinturas (5°53'57" S; 36°34'33" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré da Residência I (5°49'01" S; 36°29'08" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré Residência II (5°49'05" S; 36°29'11" W)	-	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Baixo I (5°46'05" S; 36°34'11" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Baixo II (5°45'58" S; 36°34'16" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Baixo III (5°4'09" S; 36°34'06" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Cima (5°47'33" S; 36°33'07" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Cima II (5°46'27" S; 36°33'20" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Pixoré de Cima III (5°44'35" S; 36°33'24" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Poço do Virgínio (5°55'08" S; 36°41'13" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	São Vicente (5°51'22" S; 36°30'50" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Saquinho I (5°49'22" S; 36°23'58" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Saquinho II (5°49'18" S; 36°23'5" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Saquinho III (5°49'17" S; 36°24'00" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Saquinho IV (5°48'55" S; 36°23'56" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Santa Maria (5°49'59" S; 36°25'35" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Serra do Basso (5°48'01" S; 36°23'27" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Serrote dos Caboclos (5°48'48" S; 36°23'31" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Serra do Urubu (5°58'19" S; 36°33'02" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Serrote do Gavião (5°45'31" S; 36°32'17" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Furna dos Caboclos (5°54'53" S; 36°32'45" W)	-	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Juazeiro I (5°50'34" S; 36°33'20" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	Juazeiro II (5°50'30" S; 36°33'17" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Santana do Matos	Serra de Santana	-	aldeamento	fontes históricas
RN	Piranhas - Açu	Santana do Seridó	Seridó Oriental	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	São Fernando	Seridó Ocidental	Sítio Pai Luiz, S. Pai Luiz (RN-SE-18)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	São José do Seridó	Seridó Oriental	-	rupestre	painel da exposição, Museu Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	São Rafael	Vale do Açu	-	-	Eduardo Bagnoli, Manary Ecotours, RN
RN	Piranhas - Açu	São Rafael	Vale do Açu	Pedra do Alto (5°48'17" S; 36°49'03" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	São Rafael	Vale do Açu	Pedra Ferrada (5°49'16" S; 36°48'17" W)	-	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Serra Negra do Norte	Seridó Ocidental	Lajedo de Mãe Luísa, Faz. Umburanas	rupestre	Luiz Dutra, Mus. Câmara Cascudo, RN
RN	Piranhas - Açu	Serra Negra do Norte	Seridó Ocidental	Sítio Cachoeiras, S. dos Poços (Cachoeiras) (RN-SE-16)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Serra Negra do Norte	Seridó Ocidental	Sítio Juá, Faz. Juá (RN-SE-17)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Serra Negra do Norte	Seridó Ocidental	Sítio Abernal A, Faz. Abernal (RN-SE-23)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Serra Negra do Norte	Seridó Ocidental	Sítio Abernal B, Faz. Abernal (RN-SE-24)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Timbaúba dos Batistas	Seridó Ocidental	Sítio Caibeiras I, S. das Caibeiras (RN-SE-20)	gravura rupestre	IPHAN
RN	Piranhas - Açu	Timbaúba dos Batistas	Seridó Ocidental	Sítio Caibeiras II, S. das Caibeiras (RN-SE-21)	gravura rupestre	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Alcantil	Cariri Oriental	Pedra do Altar	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Algodão de Jandaíra		Algodão de Jandaíra	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Arara	Curimataú Ocidental	Serra do Tanque	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Areia	Brejo Paraibano	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Aroeiras	Umbuzeiro	Papagaio, a 6 km da sede municipal	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Aroeiras	Umbuzeiro	Pedras Altas, a 9 Km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Aroeiras	Umbuzeiro	Uruçu, a 3km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Barra de Santana	Cariri Oriental	Fazenda do Mororo	agrupamento indígena dos índios Cariri de fora	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Barra de Santana	Cariri Oriental	Pedra do Altar, margem direita do Paraíba	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Boa Vista	Campina Grande	Fazenda da Aldeia, a 15 km da sede municipal	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Boa Vista	Campina Grande	Bravo, a 10 km da sede municipal	pinturas rupestres, cerâmica	Fundação Casa de José Américo, PB; IPHAN; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Boa Vista	Campina Grande	4 sítios	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Boqueirão	Cariri Oriental	Riacho Santo Antônio	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Boqueirão	Cariri Oriental	Serraria do Caturité a 18 Km do município	pintura rupestre	Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Boqueirão	Cariri Oriental	3 sítios	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Pai Mateus, a 10m de Tanques (7°22'56,6" S; 36°17'51,4" W)	Pintura/gravura (agreste/Itaquatiara)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Manoel de Sousa, a 200m do rio Boa Vista (7°22'25,4" S; 36°19'13" W)	gravura e pintura rupestre (Tradições Itaquatiara e Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Abrigo Funerário do Pai Mateus, a 150m do município de Tanque e a 600m de Riacho (7°23'1,9" S; 36°17'50,8" W)	restos de esqueletos, cabelo, lítico	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Tanque entre Serras, a 50m de um tanque natural (não inunda) – (7°22'9,7" S; 36°18'29,8" W)	pintura rupestre Agreste Tradição	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Casa de Pedra do Roçado, leito do rio Boa Vista (sem possibilidade de inundação (7°22'24,8" S; 36°19'44,3" W)	pintura rupestre Agreste Tradição	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Lagoa dos Mudos 1, a 500m do rio Boa Vista (transborda) (7°22'16,1" S; 36°19'26,7" W)	Gravura e pintura rupestre (Tradição Itaquatiara e Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Lagoa dos Mudos 2, a 600m do rio Boa Vista (7°22'14" S; 36°19'32,9" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Pedra do Catavento, a 250m do rio Boa Vista - (7°22'22,8" S; 36°19'34,5" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Lajedo Grande 03, a 200m do rio Boa Vista (7°22'34,1" S; 36°19'34,1" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio da Mãozinha, a 200m do rio Boa Vista (6°51'30,5" S; 37°05'33,9" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Lajedo Grande 01, a 200m do rio Boa Vista (não inunda) (7°22'31" S; 36°19'31,9" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Caiçara 02, leito do rio Boa Vista (inunda) (7°22'26,5" S; 36°19'44,2" W)	Gravura e pintura rupestre (Tradição Itaquiara e Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Lajedo Grande 02, a 100m do rio Boa Vista (7°22'30,9" S; 36°19'31,8" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Caiçara 01, a 300m do rio Boa Vista (transborda) (7°22'30,2" S; 36°19'49,8" W)	gravura rupestre (Tradição taquiara)	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Furna do Caboclo 3, a 100m do rio Boa Vista (7°22'16,7" S; 36°19'20,9" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste) não inunda.	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Furna do Caboclo 2, a 40m do rio Boa Vista (7°22'13,9" S; 36°19'20,1" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste) não inunda.	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	Sítio Furna do Caboclo 1, a 40m do rio Boa Vista (7°22'18" S; 36°19'20,1" W)	pintura rupestre (Tradição Agreste) não inunda.	Fundação Casa José Américo, Projeto Resgate Histórico, Arqueológico, Arquetônico e Cultural da Região do Cariri na Paraíba
PB	Paraíba	Camalaú	Cariri Ocidental	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Campina Grande	Campina Grande	Pedra da Galinha, riacho do Bodocongó	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Campina Grande	Campina Grande	Pinga	pintura e gravura rupestre	IPHAN; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Campina Grande	Campina Grande	-	Aldeamento índios Ariús	fontes históricas
PB	Paraíba	Caraúbas	Cariri Oriental	Açude Novo RN-AP-6	gravura rupestre	IPHAN; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Caraúbas	Cariri Oriental	Olho d'Água do Milho RN-AP-3	gravura rupestre	IPHAN
PB	Paraíba	Caraúbas	Cariri Oriental	Pedra Pintada RN-AP-4	gravura rupestre	IPHAN
PB	Paraíba	Caraúbas	Cariri Oriental	RN-AP-5	gravura rupestre	IPHAN
PB	Paraíba	Caturité	Campina Grande	1 sítio	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Congo	Cariri Ocidental	Caiçara, a 6 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
						Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Congo	Cariri Ocidental	Serra Engabelada, a 5km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Cubati	Cariri Oriental	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Cuité	Curimataú Ocidental	São Francisco RN-BO-12	cerâmica	IPHAN
PB	Paraíba	Esperança	Esperança	Pintado	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Esperança	Esperança	Pintado, a 3 Km da sede do município	cerâmica	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Esperança	Esperança	Lagoa de Pedra	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Fagundes	Campina Grande	Surrão, na Serra	gravura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Fagundes	Campina Grande	Laranjeiras, herd. Pedro Vittoriano	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Fagundes	Campina Grande	Catuama, a 10km da sede municipal	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Gurjão	Cariri Oriental	Pedra Grande, a 24km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Gurjão	Cariri Oriental	3 sítios	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa:

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
						UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Ingá	Itabaiana	Itaquatiara do Ingá ou Pedra Lavrada do Ingá, no meio do Riacho Ingá do Bacamarte, perto da sede do município.	Itaquatiara (situada numa série de blocos de gneiss que estrangula o rio, formando pequenas cascatas e reservatórios d'água. No centro do pedregal, um enorme bloco de 24m de largura e 3 de altura, divide o rio em dois braços.	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Ingá/Fagundes	Itabaiana	Lajes em Serra Velha, a 25 km de Ingá no rio Surrão	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Ingá/Fagundes	Itabaiana	Pedra do Índio, a 25 km de Ingá no rio Surrão	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Ingá/Fagundes	Itabaiana	Poço do Ouro, a 25 km de Ingá no rio Surrão	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Ingá/Fagundes	Itabaiana	Pedra do Batente em Serra Velha, a 25 km de Ingá no rio Surrão	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Lagoa Seca	Campina Grande	Furna, limite Alagoa Nova	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Monteiro	Cariri Ocidental	-	pinturas rupestres, Sub-Tradição Cariris Velhos	Fundação Casa de José Américo, PB / G. Martin
PB	Paraíba	Monteiro	Cariri Ocidental	Pico do Jabre	cerâmica tupiguarani, sub-tradição pintada 500-1800 AD	Gabriela Martin, 1997
PB	Paraíba	Olivedos	Curimataú ocidental	Faz. São Braz, Serrote do Mamão, a 6 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Pilar	Cariri Ocidental	antiga casa de Câmara e Cadeia	histórico (Patrimônio Arquitetônico)	IPHAN
PB	Paraíba	Pocinhos	Curimataú Ocidental	Pedra do Tatu, Faz. Baixa Grande	pinturas rupestres (mãos)	Fundação Casa de José Américo, PB

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Prata	Cariri Ocidental	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Puxinanã	Campina Grande	Pedra do Navio, a 3 km da sede municipal (05°47' 08,7 S; 24°55' 51,9 W)	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Pedra do Touro	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Bodopitá, a 12 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Castanho, a 2 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Cinco Cruzes	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Gravatá, a 10 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Queimadas	Campina Grande	Pedra Comprida, em Padre José Francisco da Silva	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	São João do Cariri	Cariri Oriental	Formigueiro, a 10 km da sede municipal	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	São João do Cariri	Cariri Oriental	Mares (Pedro Franco), a 18 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	São João do Cariri	Cariri Oriental	Letreiro da Muralha do Meio do Mundo, Picoito, a 9 Km da sede	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; IPHAN; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	São João do Cariri	Cariri Oriental	4 sítios	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	São Sebastião Umbuzeiro	Cariri Ocidental	2 sítios	pintura rupestre, Sub-Tradição Cariris Velhos	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	São José dos Cordeiros	Cariri Ocidental	Algodão, a 7 Km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	São José dos Cordeiros	Cariri Ocidental	Fazenda Tapera (Almas), a 14km da sede	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Areias, a 12 km da sede municipal	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Capoeira, a 8 km da sede municipal	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental			Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Caiapu (Craibera), a 12 km da sede	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental			Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Conceição, a 15 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental			Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Macambira, a 30 km da sede municipal	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental			Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Pé de Serra, a 1km da sede municipal	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental			Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Paraíba	Serra Branca	Cariri Ocidental	Poção	gravuras rupestres	IPHAN
PB	Paraíba	Sumé	Cariri Ocidental	Balanço, a 18 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Sumé	Cariri Ocidental	Pedra Comprida, a 6 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Paraíba	Sumé	Cariri Ocidental	3 sítios	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Paraíba	Zabelê	Cariri Ocidental	1 sítio	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Aguiar	Piancó	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB.
PB	Piranhas - Açu	Aparecida	Sousa	Faz. Acauã	Faz. séc. XVIII	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Belém do Brejo do Cruz	Catolé do Rocha	Faz. Varsóvia	gravuras rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Bonito de Santa Fé	Cajazeiras	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Cachoeira dos Índios	Cajazeiras	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Piranhas - Açu	Cacimba de Areia	Patos	-	gravura rupestre	Morais Neto, 1994
PB	Piranhas - Açu	Cajazeiras	Cajazeiras	-	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I; Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Cajazeirinhas	Piancó	1 sítio	rupestre	Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	Serra do Curvelo	panelas de cerâmica	Ronildo Rocha, Catolé do Rocha, PB
PB	Piranhas - Açu	Equador	Seridó Ocidental Paraibano	Sítio Letreiro, Serra do Letreiro (RN-SE-30)	gravura e pintura rupestre	IPHAN
PB	Piranhas - Açu	Frei Martinho	Seridó Oriental Paraibano	Várzea Verde (06°28' 21,4" S; 36°26' 32,9" W)	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Itaporanga	Itaporanga	Itaporanga, na sede do município	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Junco do Seridó	Seridó Ocidental Paraibano	Chorão 06° 59' 50" S; 36° 43' 00" W	gravura rupestre à beira de um riacho praticamente dentro da zona urbana (existiriam também no leito)	Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Monte Horebe	Cajazeiras	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Olho d'Água	Piancó	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa –

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
						João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Passagem	Patos	"Poço do Caudaloso 07° 04' 35" S; 37° 00' 40" W	gravura rupestre nas paredes de um Boqueirão formado pelo Riacho da Aba na Serra da Bocaina	Fundação Casa de José Américo, PB / Moraes Neto, 1994
PB	Piranhas - Açu	Patos	Patos	-	Machados	Luisinho, Pombal, PB
PB	Piranhas - Açu	Pedra Branca	Itaporanga	Letreiro 1, a 1 km da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Pedra Branca	Itaporanga	Letreiro 2, a 900 m da sede municipal	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Pedra Lavrada	Seridó Oriental Paraibano	Caverna do Índio	pinturas rupestres	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Pedra Lavrada	Seridó Oriental Paraibano	Canta Galo (06°45' 15,9" S; 36° 28' 25,3" W)	Pinturas rupestres encontradas a cerca de 1Km da sede municipal.	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açu	Pedra Lavrada	Seridó Oriental Paraibano	Serra das Flexas, a 10 km da sede (06° 48' 17" S; 36° 26' 36,4" W)	pintura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açu	Piancó	Piancó	-	Aldeamento índios Coremas	fontes histórcas
PB	Piranhas - Açu	Picuí	Seridó Oriental Paraibano	Pedra Lavrada	pintura e gravura rupestre	IPHAN
PB	Piranhas - Açu	Pombal	Sousa	Pau de Leite	pinturas rupestres	Luisinho, Pombal, PB
PB	Piranhas - Açu	Pombal	Sousa	Camano	gravuras rupestres	Luisinho, Pombal, PB
PB	Piranhas - Açu	Pombal	Sousa	-	sítio cerâmico	Robson, Vale dos Dinossauros e Eugenio Gurgel da Rocha, PB
PB	Piranhas - Açu	Pombal	Sousa	-	Aldeia Piranhas	fontes históricas
PB	Piranhas - Açu	São Bento do Pombal	Sousa	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Piranhas - Açu	Salgadinho	Seridó Ocidental Paraibano	Pedra do Urú	pintura, gravura rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Santa Luzia	Seridó Ocidental Paraibano	Passagem do Meio 06° 49' 42" S; 36° 57' 00" W	gravura rupestre, leito do rio Quipauá, a montante e a jusante da Barragem construída no local chamado Livaes	Fundação Casa de José Américo, PB / Moraes Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açu	Santa Luzia	Seridó Ocidental Paraibano	Cacimba Velha 06° 51' 20" S; 36° 56' 12" W	gravura rupestre em elevação acima do rio Quipauá	Fundação Casa de José Américo, PB / Moraes Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açu	Santa Luzia	Seridó Ocidental Paraibano	Pedra do Sino 06° 51' 05" S; 36° 57' 20" W	gravura rupestre e vestígios de pintura (T. Agreste)	Fundação Casa de José Américo, PB / Moraes Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açu	São Francisco	Sousa	Localidade de Encantado	gravura rupestre	Eugênio Gurgel da Rocha, UFPB, 1998
PB	Piranhas - Açu	São Francisco	Sousa	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	São João do Rio do Peixe	Cajazeiras	-	rupestre	Fundação Casa de José Américo, PB; Dep. de Ciência Sociais da Natureza – DSN Boletim de Pesquisa – João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	São José de Piranhas	Cajazeiras	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Piranhas - Açu	São João do Sabugi	Seridó Ocidental Paraibano	Pedra Lavrada 06° 44' 30" S; 36° 51' 55" W	gravura rupestre no leito do riacho Santa Maria formando cachoeiras com muitas marmitas associadas, vestígio provável de pinturas	IPHAN; Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	São João do Sabugi	Seridó Ocidental Paraibano	Tapuio 06° 47' 15" S; 36° 51' 30" W	gravura rupestre no leito do riacho do Tapuio; material lítico nas imediações	Fundação Casa de José Américo, PB / Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I.
PB	Piranhas - Açu	São João do Sabugi	Seridó Ocidental Paraibano	Gruta do Letreiro	pintura rupestre	IPHAN
PB	Piranhas - Açu	São João do Sabugi	Seridó Ocidental Paraibano	Vaca Brava RN-SE-22	gravura rupestre	IPHAN
PB	Piranhas - Açu	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Caraibeira (06° 52' 45,5" S; 37° 10' 46,3" W)	Gravura rupestre no leito do riacho das Caraibeiras, junto à nascente e na margem esquerda do rio Sabugi	Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.
PB	Piranhas - Açu	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Convento da Pedreira (07° 02' 47,5" S; 36° 58' 19,0" W)	Gravura rupestre na margem do rio Arapuá	Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.
PB	Piranhas - Açu	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Furnas (06° 59' 24,2" S; 37° 04' 15,8" W)	Gravura rupestre no leito do riacho do Morcego	Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.
PB	Piranhas - Açu	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Pedra Branca (06° 49' 05,2" S; 37° 0,8' 42,9")	Gravura rupestre no leito do riacho Pedra Branca	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Pedra d'Água do Gato (06° 51' 29,7" S e LONG 37° 05' 28,9" W)	gravura rupestre, em lajedo e blocos, na margem do rio. Sopé da Serra da Mandioca.	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000; Morais Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Poço do Brito - (LAT 06° 51' 48,6" S e LONG 37° 07' 21,7" W)	gravura rupestre, leito do R. Sabugi	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000; Morais Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Tapera (06° 50' 00" S e 37° 08' 40" W)	gravura rupestre, margem esquerda do rio Sabugi.	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000; Morais Neto, 1994; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Tapuio (06° 49' 30,4" S e 37° 06' 49,2" W)	gravura rupestre, leito do rio Sabugi.	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Trincheira 1 (06° 49' 06,2" S; 37° 06' 49,2" W) (lagoa) e 06° 48' 45" S; 37° 07' 20" W (serra)	gravura rupestre, na margem de uma lagoa e outra em um lajedo, sopé da serra da Cozinha	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000; Relatório de Pesquisa da Bolsista Erice Pinto Neves. agosto, 1997.
PB	Piranhas - Açú	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Trincheira 2 (06° 48' 46,8" S; 37° 07' 27" W)	Gravura rupestre em lajedo, no topo de uma pequena serra.	IPHAN; Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PB	Piranhas - Açu	São Mamede	Seridó Ocidental Paraibano	Várzea Alegre (06° 54' 06,3" S; 37° 03' 19,3" W)	Gravura rupestre em leito de riacho.	Relatório do Projeto <i>Resgate histórico e arqueológico no Vale do Sabugi na Paraíba</i> . Fundação Casa de José Américo, 2000.
PB	Piranhas - Açu	Sousa	Sousa	Lagoa dos Estrelas e mais dois sítios	gravuras rupestres Itaquiara	Eugênio Gurgel da Rocha, UFPB, 1998; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Sousa	Sousa	Serrote do Letreiro	gravuras rupestres	IPHAN
PB	Piranhas - Açu	Tavares	Serra do Teixeira	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Tavares	Serra do Teixeira	-	-	Fundação Casa de José Américo, PB
PB	Piranhas - Açu	Triunfo	Cajazeiras	Serra da Gamela	rupestre	Eugenio Gurgel da Rocha, UFPB
PB	Piranhas - Açu	Várzea	Seridó Ocidental Paraibano	Pindurão (06° 46' 45" S; 37° 05' 45" W)	gravura rupestre em um afloramento de gnaiss no qual se formam 'tanques' naturais	Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Várzea	Seridó Ocidental Paraibano	Viola (06° 50' 50" S; 37° 01' 10" W)	gravura rupestre, em bloco de gnaiss a poucos metros do sangradouro da Barragem de Viola	Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Várzea	Seridó Ocidental Paraibano	Navios (06° 50' 05" S; 37° 59' 20" W)	gravura rupestre em lajedo com grande tanque onde havia também fósseis	Morais Neto, 1994; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PB	Piranhas - Açu	Vieirópolis	Sousa	Serra Branca I	pinturas rupestres, lítico	Eugênio Gurgel da Rocha, UFPB, 1998; Dep. de Ciência Sociais da Natureza - DSN Boletim de Pesquisa - João Pessoa: UNIPÊ, 1998 1-Pesquisa I
PE	São Francisco	Afogados de Ingazeira	Pajeú	-	pintura rupestre Tradição Nordeste	Martin, 1997

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Araripina	Araripina	Aldeia Baião	cerâmica tupiguarani	(Marcos Albuquerque e Ana Nascimento): Martin, 1997
PE	São Francisco	Araripina	Araripina	Aldeia Zona da Mata	cerâmica tupiguarani	(Marcos Albuquerque e Ana Nascimento): Martin, 1997
PE	São Francisco	Arcoverde	Sertão do Moxotó	-	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Belém de S. Francisco	Itaparica	Abelhas, Faz. Alagoinhas	gravuras rupestres, Itaquatiaras	Martin, 1997
PE	São Francisco	Belém de S. Francisco	Itaparica	-	cerâmica	Martin, 1997
PE	São Francisco	Brejinho	Pajeú	-	pintura rupestre, T. Agreste	Nascimento; Alves & Luna, 1994
PE	São Francisco	Brejo da Madre de Deus	Vale do Ipojuca	PE-17-Ca	sepultamentos e lítico	IPHAN
PE	São Francisco	Brejo da Madre de Deus	Vale do Ipojuca	PE-20-Ca	pintura rupestre, lítico	IPHAN
PE	São Francisco	Brejo da Madre de Deus	Vale do Ipojuca	PE-26-Ca	pintura rupestre, lítico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Brejo da Madre de Deus	Vale do Ipojuca	PE-29-Ca	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-51-Mxa	pintura rupestre, lítico	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-52-Mxa	lítico	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-53-Mxa	lítico, conchas	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-54-Mxa	lítico, conchas, ossos, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-55-Mxa	lítico, conchas	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-56-Mxa	madeira, conchas, carvões	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-57-Mxa	lítico, cerâmica, corante	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-58-Mxa	lítico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-59-Mxa	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-60-IPa	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-61-IPa	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-62-IPa	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	PE-63-IPa	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Alcobaça	Cestaria, ossos de microfauna, cerâmica, lítico polido, fogueira, pintura rupestre (Tradição Agreste)	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Mingú	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Quixeu I	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Quixeu II	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Serra das Torres	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Pedra da Concha I	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Pedra da Concha II	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Casa de Farinha	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Serra Branca	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Furna dos Caboclos	rupestre	Oliveira, 2001.

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Mirante da Serrinha	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Serrinha	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Frutuoso I	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Frutuoso II	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Furna dos Letreiros	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Buíque	Vale do Ipanema	Furna dos Caboclos	rupestre	Oliveira, 2001.
PE	São Francisco	Cabo de Santo Agostinho	Suape	São Paulo	histórico, canhões, ferro, louça, selos, balas de chumbo, madeira, etc.	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Campo Formoso (PE-10)	oficina lítica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Catinguinha da Catarina (PE-5)	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Ilha de São Felix (PE-17)	sepultamento	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Lagoa da Faz. Escurinha (PE-14)	oficina lítica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Pedra dos Letreiros (PE-6)	quatro depressões artificiais em um afloramento de granito	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	sede da fazenda Escurinha (PE-13)	oficina lítica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Sítio da Favela (PE-4)	lítico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Sítio do Cipó (PE-12)	oficina lítica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Sítio dos Brandões (PE-7)	cemitério, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Sítio do Miguel (PE-11)	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Caititú (PE-8)	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó	Petrolina	Sítio do Pereiro (PE-9)	cemitério, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Cabrobó/Santa Maria da Boa Vista	Petrolina	Ilha de Assunção	aldeamento indígena, missão religiosa, cemitério, cerâmica	IPHAN; (Valentín Calderón): Martin, 1997

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Caruaru	Vale do Ipojuca	PE-21-Ca	pintura rupestre	IPHAN
PE	São Francisco	Caruaru	Vale do Ipojuca	PE-23-Ca	pintura rupestre	IPHAN
PE	São Francisco	Caruaru	Vale do Ipojuca	PE-24-Ca	pintura rupestre	IPHAN
PE	São Francisco	Caruaru	Vale do Ipojuca	PE-25-Ca	pintura rupestre	IPHAN
PE	São Francisco	Floresta	Itaparica	Leteiro do Sobrado	gravura rupestre	Martin, 1997 / Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Ibimirim	Sertão do Moxotó	-	-	Nascimento; Alves & Luna, 1994
PE	São Francisco	Igarassu	Itamaracá	PE-11-Ln	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Igarassu	Itamaracá	PE-13-Ln	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Itacuruba	Itaparica	ilha (PE-18)	cerâmica	IPHAN / Martin, 1997
PE	São Francisco	Itacuruba	Itaparica	Queima Cocão	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Itapissuma	Itamaracá	PE-01-Ln	cerâmico, sambaqui	IPHAN
PE	São Francisco	Jaboatão dos Guararapes	Recife	PE-14-Jb	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Olinda	Recife	Socorro PE-15	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Orocó	Petrolina	-	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Ouricuri	Araripina	Socorro (PE-15)	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-28-Ln	-	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-35-Ln	-	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-36-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-37-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-38-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-39-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-40-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-41-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-42-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-43-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-44-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-45-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-46-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Paulista	Recife	PE-47-Ln	sambaqui, histórico, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	Gruta do Anselmo	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	Abrigo do Sol Poente, Serrote Vermelho, Distrito de Barrinha	pintura rupestre	Martin, 1997 / Nascimento; Alves & Luna, 1994
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	Leteiro do Sobrado, a 700m do SF, Faz. Experimental do Sobrado	gravuras rupestres (Itaquatiras) 6000 a. BP	Martin, 1997 / Nascimento; Alves & Luna, 1994
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	Pedra do Letreiro	gravuras rupestres (Itaquatiras)	Martin, 1997
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	Gruta do Padre, a poucos metros da Cachoeira de Itaparica PE-16	7000 a 2500 a BP	IPHAN; Martin, 1997
PE	São Francisco	Petrolândia	Itaparica	-	caçadores e depois um cemitério	
PE	São Francisco	Petrolina	Petrolina	Pedra Escrivada (PE-1)	pintura rupestre	IPHAN
PE	São Francisco	Petrolina	Petrolina	PE-16	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Petrolina a Belém do São Francisco	Petrolina	-	pontas líticas	(Valentín Calderón): Martin, 1997
PE	São Francisco	Pombos	Vitória de Santo Antão	PE-04-Cm	cerâmico	IPHAN
PE	São Francisco	Pombos	Vitória de Santo Antão	PE-05-Cm	acampamento	IPHAN
PE	São Francisco	Pombos	Vitória de Santo Antão	PE-12-Cm	cerâmico	IPHAN
PE	São Francisco	Recife	Recife	Forte das Cinco Pontas	fortificação, cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Recife	Recife	PE-12-Cm	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra da Abelha, entre Salgueiro e Belém do São Francisco, localidade de Lagoinha	pintura, gravura rupestre	Galindo, Viana & Agostinho, 1994

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Perímetro da Lagoa das Caraíbas, Distrito de Conceição das Creoulas	material lítico lascado e pilão de pedra	Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra da Mão, Distrito de Conceição das Creoulas	pintura rupestre, T. Agreste	Galindo, Viana & Agostinho, 1994; Galindo, 1997
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra da Mão II, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra da Letra, Faz. da Sanzzoni de Paula a 6Km de Conceição das Creoulas	gravura rupestre e pintura rupestre	Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra de Antônio Raimundo, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra de Zé Candeia, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra do Saco da Canoa, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra do Velho Joaquim, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Pedra Montada, Distrito de Conceição das Creoulas	rupestre	Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Lagoa da Pedra, Distrito de Conceição das Creoulas	restos paleontológicos, machados, raspadores, e outros instrumentos líticos	Galindo, Viana & Agostinho, 1994 / Sanzzoni de Paula, 1998
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Serra das Letras, a 30 km NW do Distrito de Conceição das Creoulas	gravuras rupestres, Riacho Cacimbinha	Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Serra do Boi Morto, a 10 km do Distrito de Conceição das Creoulas	pontas de projétil	Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Santa Maria da Boa Vista	Petrolina	Catalunha PE-3	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	São Caitano	Vale do Ipojuca	PE-27	pintura rupestre	IPHAN

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Sítio	Tipo de Vestígio	Referência
PE	São Francisco	São Caitano	Vale do Ipojuca	PE-7-Ua	-	IPHAN
PE	São Francisco	Sertânia	Sertão do Moxotó	Vale do Pajeú, sítio Xilili (em outra área da mesma faz. 4 urnas s/decoração com sepultamento secundário)	cerâmica pintada (possível tupiguarani)	Martin, 1997
PE	São Francisco	Tacaratu	Itaparica	-	aldeamento índios Pankararu	fontes históricas
PE	São Francisco	Triunfo	Pajeú	PE-123 PJa	-	Martin, 1997
PE	São Francisco	Verdejante	Salgueiro	Ponta da Serra (Serra da Margarida), quase limite com Salgueiro	pinturas no Riacho Ponta da Serra	Galindo, Viana & Agostinho, 1994
PE	São Francisco	Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	PE-15-Cm	cerâmica	IPHAN
PE	São Francisco	Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	PE-03-Cm	acampamento	IPHAN

Tabela de dados sobre sítios arqueológicos - levantamento de informações orais e dados secundários relativo à área de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional, 1998. Atualizada em 2004.

OBS: Os municípios em negrito pertencem a AID.

QUADRO 6.5.10-3 Ocorrências Paleontológicas na Região do Projeto de Integração do São Francisco

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Localidade	Tipo de vestígio	Referência
CE	Jaguaribe	Morada Nova	Baixo Jaguaribe	-	-	Sociedade de Paleontologia Brasileira. Anais de Congresso, 1987-89-93-95.
CE	Jaguaribe	Tauá	Sertão de Inhamuns	2 ocorrências pelo menos	ossos de megafauna	Joaquim de Castro Feitosa, Tauá, CE
RN	Apodi	Baraúna	Mossoró	-	ossos de Smilodon sp.	Maria de Fátima C. F. dos Santos e Claude L. de A. Santos, Museu Câmara Cascudo, Natal, RN
RN	Apodi	Mossoró	Mossoró	-	ossos de megafauna	Maria de Fátima C. F. dos Santos e Claude L. de A. Santos, Museu Câmara Cascudo, Natal, RN
RN	Apodi	Apodi	Chapada do Apodi	-	ossos de megafauna	Maria de Fátima C. F. dos Santos e Claude L. de A. Santos, Museu Câmara Cascudo, Natal, RN
RN	Apodi	Alexandria	Pau Dos Ferros	Lagoa de Lajes	ossos de megafauna	Maria de Fátima C. F. dos Santos e Claude L. de A. Santos, Museu Câmara Cascudo, Natal, RN
RN	Apodi	Alexandria	Pau Dos Ferros		ossos de megafauna	Ariovaldo Torreão, Pau dos Ferros, RN
RN	Piranhas-Açu	São Rafael	Vale do Açu	Faz. Campim Grosso	ossos de megafauna	Sociedade de Paleontologia Brasileira. Anais de Congresso, 1987-89-93-95.
RN	Piranhas-Açu	Pedro Avelino	Vale do Açu	Microrregião do Sertão de Angicos	dentes e membros de mamíferos	Rel. de Viagem ao Mun. de Pedro Avelino, RN efetuado pelo Depto. de Paleontol., 1979. Mus. Câmara Cascudo, Natal, RN
RN	Piranhas-Açu	Currais Novos	Seridó Oriental	Microrregião do Sertão de Angicos	dentes e membros de mamíferos	Rel. de Viagem ao Mun. de Pedro Avelino, RN efetuado pelo Depto. de Paleontol., 1979. Mus. Câmara Cascudo, Natal, RN
PB	Piranhas-Açu	Sousa	Sousa	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Piranhas-Açu	Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Piranhas-Açu	Teixeira	Serra do Teixeira	-	ossos de megafauna	Sociedade de Paleontologia Brasileira. Anais de Congresso, 1987-89-93-95.
PB	Piranhas-Açu	Catingueira	Piancó	-	ossos de megafauna	Sociedade de Paleontologia Brasileira. Anais de Congresso, 1987-89-93-95.
PB	Piranhas-Açu	Piancó	Piancó	-	ossos de megafauna	Sociedade de Paleontologia Brasileira. Anais de Congresso, 1987-89-93-95.
PB	Piranhas-Açu	Santa Luzia	Seridó Paraibano Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Piranhas-Açu	São Mamede	Seridó Paraibano Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969

Estado	Bacia hidrográfica	Município	Microrregião	Localidade	Tipo de vestígio	Referência
PB	Paraíba	Pocinhos	Curimataú Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Remígio	Curimataú Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Soledade	Curimataú Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Camalaú	Cariri Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Monteiro	Cariri Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Taperoá	Cariri Ocidental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Cabaceiras	Cariri Oriental	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Esperança	Esperança	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Areia	Brejo Paraibano	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Campina Grande	Campina Grande	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Aroeiras	Umbuzeiro	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PB	Paraíba	Umbuzeiro	Umbuzeiro	-	ossos de megafauna	MENDES, J. C., 1988 / CLEROT, L. F.R., 1969
PE	São Francisco	Salgueiro	Salgueiro	Complexo da Lagoa das Caraíbas, Distrito de Conceição das Creoulas	ossos de megafauna	Galindo, Viana & Agostinho, 1994 / Sanzzoni de Paula, 1998